



AD&C

Agência para o
Desenvolvimento
e Coesão, I.P.



2º Relatório Anual de Acompanhamento ***dos Instrumentos Territoriais do PT2030***

2025

Ficha Técnica

Título: 2.º Relatório Anual de Acompanhamento dos Instrumentos Territoriais do PT2030

Edição: 2.ª edição, junho de 2026

Foto de capa e símbolos: gerados por I.A.

Elaboração: Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. | Unidade Política Regional | Núcleo de Instrumentos Territoriais

Siglas, Acrónimos e Abreviaturas

ADL	Associação de Desenvolvimento Local	OE	Objetivo Específico
AG	Autoridade de Gestão	OP	Objetivo Estratégico
AM	Área Metropolitana	PA	Plano de Ação
AML	Área Metropolitana de Lisboa	PR	Programa Regional
AMP	Área Metropolitana do Porto	PROT	Plano Regional de Ordenamento do Território
CCDR	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional	PROVERE	Programa de Valorização Económica dos Recursos Endógenos
CIM	Comunidade Intermunicipal	PT2020	Portugal 2020
DLBC	Desenvolvimento Local de Base Comunitária	PTTJ	Plano Territorial para uma Transição Justa
DUS	Desenvolvimento Urbano Sustentável	RAA	Região Autónoma dos Açores
EDL	Estratégia de Desenvolvimento Local	RAM	Região Autónoma da Madeira
FEAMPA	Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura	TI	Tipologia de Intervenção
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional		
FSE+	Fundo Social Europeu		
FTJ	Fundo para uma Transição Justa		
GAL	Grupo de Ação Local		
ITI	Instrumento Territorial Integrado		
NEB	New European Bauhaus		
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos		

Enquadramento

O segundo Relatório Anual de Acompanhamento dos Instrumentos Territoriais do PT2030 tem como objetivo dar continuidade à transmissão anual de informação relativa à implementação dos Instrumentos Territoriais, bem como de outras intervenções e investimentos com forte incidência territorial e do investimento municipal¹, analisando os progressos alcançados face aos resultados pretendidos, em termos operacionais e financeiros.

Por conseguinte, este Relatório apresenta um conjunto de informação sistematizada relativa à implementação dos Instrumentos Territoriais, estabelecidos no âmbito do Acordo de Parceria, entre Portugal e a União Europeia, para o período de programação 2021-2027 (Portugal 2030), nomeadamente os financiados pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e pelo Fundo Social Europeu (FSE+), fazendo ainda referência ao Desenvolvimento Local de Base Comunitária, financiado exclusivamente pelo Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura (FEAMPA).

Incidindo sobre o ano de 2025, e utilizando a informação financeira residente no sistema de informação do Portugal 2030², este Relatório encontra-se estruturado em três capítulos:

Os dois primeiros capítulos fazem referência ao processo de contratualização, implementação e execução, em termos de abertura de avisos e de operações aprovadas, dos Instrumentos Territoriais que compõem a abordagem territorial do Portugal 2030. Para tal, o primeiro capítulo apresenta o processo de implementação e execução dos Instrumentos Territoriais que integram as intervenções urbanas (programados no Objetivo Específico 5.1) e o segundo capítulo apresenta o processo de implementação e execução dos Instrumentos Territoriais que integram as intervenções não urbanas (programados no Objetivo Específico 5.2, à exceção do Desenvolvimento Local de Base Comunitária que é programado no Objetivo Específico 3.1).

O terceiro, e último, capítulo aborda a implementação e execução do Fundo para uma Transição Justa, através dos três Planos Territoriais para uma Transição Justa em operacionalização em Portugal.

¹ Para efeitos de investimento municipal, integram a esfera municipal as seguintes entidades: Municípios, Freguesias, Associações de Municípios e de Freguesias, Empresas Municipais, Instituições Sem Fins Lucrativos, Setor Empresarial Local (SEL), SEL das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

² Dados dos Fundos.

Nota metodológica e principais conceitos

Todos os conceitos e metodologias de análise utilizadas neste Relatório são coerentes com as terminologias e formas de cálculo definidas e utilizadas na monitorização do PT2030.

As taxas apresentadas neste Relatório são calculadas com base nas seguintes fórmulas:

- Taxa de aprovação: $(\text{fundo aprovado} / \text{fundo contratualizado}) \times 100$;
- Taxa de execução: $(\text{fundo executado} / \text{fundo contratualizado}) \times 100$;
- Taxa de realização: $(\text{fundo executado} / \text{fundo aprovado}) \times 100$.

A **contratualização** de um Instrumento Territorial refere-se a um Plano de Ação que é contratado entre a Autoridade de Gestão e a entidade coordenadora do respetivo Instrumento.

Autoridade de Gestão: Autoridade pública nacional, regional ou local, ou um organismo público ou privado, designada pelo Estado-Membro, responsável pela gestão e execução do programa em conformidade com o princípio da boa gestão financeira e de acordo com as regras nacionais e comunitárias (Glossário dos FEEI PT2020).

Aviso: Publicitação e sistematização do conjunto de requisitos a que as candidaturas devem obedecer, tanto ao nível da operação, como do beneficiário, para aceder ao financiamento no âmbito de um programa (regional ou temático). No aviso devem constar, entre outros elementos, as tipologias de intervenção, os prazos para a apresentação de candidaturas, as condições de admissão e seleção das candidaturas, a dotação financeira disponível para o seu financiamento em cada programa, e quando aplicável, a respetiva região associada (adaptado de Glossário dos FEEI PT2020).

NUTS: Designa a classificação europeia criada pelo Serviço de Estatística da Comissão Europeia, EUROSTAT, com vista a estabelecer uma divisão coerente e estruturada do território económico comunitário, criando uma base territorial comum para efeitos de análise estatística de dados. Esta classificação é hierárquica, subdividindo cada Estado-Membro em unidades territoriais ao nível de NUTS I, cada uma das quais é subdividida em unidades territoriais ao nível de NUTS II, sendo estas, por sua vez, subdivididas em unidades territoriais ao nível de NUTS III (Glossário dos FEEI PT2020).

Operação: Projeto ou grupo de projetos selecionado pela Autoridade de Gestão de um Programa, ou sob a sua responsabilidade, que contribui para a prossecução de um objetivo específico (adaptado de Glossário dos FEEI PT2020).

Overbooking condicionado: Apoio sem garantia de financiamento, ou seja, o facto de uma determinada candidatura ser aprovada condicionalmente não lhe confere direitos, diretos ou indiretos, imediatos ou mediatos, a ser financiada no âmbito de qualquer Programa, presente ou futuro, da responsabilidade da Comissão Europeia, do Estado Português ou de qualquer outra entidade.

Índice

Ficha Técnica.....	2
Siglas, Acrónimos e Abreviaturas	3
Enquadramento	4
Nota metodológica e principais conceitos	5
Capítulo 1. Intervenções Urbanas.....	9
1.1. Contratos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (ITI CIM/AM).....	9
1.1.1. Reprogramação dos Contratos dos ITI CIM/AM	20
1.2. Instrumentos Territoriais Integrados Redes Urbanas	21
1.3. Instrumentos Territoriais Integrados Funchal e Porto Santo – Região Autónoma da Madeira	23
1.4. Contratos Territoriais Urbanos – Região Autónoma dos Açores.....	25
1.5. Parcerias para a Coesão Urbana.....	28
Capítulo 2. Intervenções Não Urbanas	31
2.1. Instrumentos Territoriais Integrados Temáticos ou Funcionais	31
2.2. Programa de Valorização Económica dos Recursos Endógenos (PROVERE)	36
2.3. Parcerias para a Coesão não Urbana.....	40
2.4. Contratos Territoriais Rurais – Região Autónoma dos Açores	42
2.5. Desenvolvimento Local de Base Comunitária.....	44
Capítulo 3. Fundo para uma Transição Justa.....	48
Bibliografia.....	50

Índice de Figuras

Figura 1 – Taxas de aprovação globais dos PR e dos ITI CIM/AM, a 31/12/2025, por PR	19
Figura 2 – Taxas de execução globais dos PR e dos ITI CIM/AM, a 31/12/2025, por PR.....	19
Figura 3 – Territórios de incidência dos ITI Urbanos da RAM.....	23
Figura 4 – Territórios de incidência dos Contratos Territoriais Urbanos da RAA	25
Figura 5 – Territórios de incidência das Parcerias para a Coesão Urbana	28
Figura 6 – Territórios de incidência dos ITI Temáticos/Funcionais	32
Figura 7 – Territórios de incidência dos Contratos Territoriais Rurais da RAA.....	42
Figura 8 – Distribuição territorial dos GAL selecionados no DLBC	44

Índice de Quadros

Quadro 1 – Planos de Ação dos ITI CIM/AM contratualizados (31/12/2025), por PR	9
Quadro 2 – Dotação contratualizada nos Planos de Ação dos ITI CIM/AM (31/12/2025), por PR e Objetivo Específico	11
Quadro 3 – Avisos de operações dos ITI CIM/AM abertos até 31/12/2025, por PR	12
Quadro 4 – Dotação nos avisos de operações dos ITI CIM/AM abertos até 31/12/2025 face à dotação contratualizada (%), por PR e Objetivo Específico.....	13
Quadro 5 – Operações dos ITI CIM/AM aprovadas até 31/12/2025, por CIM/AM	14
Quadro 6 – Distribuição da dotação contratualizada nos ITI CIM/AM no âmbito do OP5, por Eixos de Intervenção e PR.....	15
Quadro 7 – Operações dos ITI CIM/AM aprovadas no OP5 até 31/12/2025, por PR e Eixo de Intervenção.....	15
Quadro 8 – Tipologias de Intervenção com maior montante de fundo aprovado nas operações dos ITI CIM/AM aprovadas até 31/12/2025, por CIM/AM.....	17
Quadro 9 – Planos de Ação das Redes Urbanas pré-qualificadas e aprovadas	22
Quadro 10 – Avisos de operações dos ITI Urbanos da RAM abertos até 31/12/2025, por Tipologia de Intervenção.....	24
Quadro 11 – Operações dos ITI Urbanos da RAM aprovadas até 31/12/2025, por Tipologia de Intervenção.....	24
Quadro 12 – Planos de Ação dos Contratos Territoriais Urbanos da RAA contratualizados (31/12/2025)	26
Quadro 13 – Avisos de operações dos Contratos Territoriais Urbanos da RAA abertos até 31/12/2025, por Tipologia de Intervenção	26
Quadro 14 – Monitorização DUS	27
Quadro 15 – Operações das Parcerias Para a Coesão Urbana aprovadas até 31/12/2025	29
Quadro 16 – Objetivos específicos contratualizados por ITI Temático/Funcional	33
Quadro 17 – Avisos de operações do ITI Pinhal Interior abertos até 31/12/2025, por Tipologia de Intervenção.....	34
Quadro 18 – Operações do ITI Pinhal Interior aprovadas até 31/12/2025, por Tipologia de Intervenção.....	34
Quadro 19 – Avisos de operações do ITI Água e Ecossistemas de Paisagem abertos até 31/12/2025, por PR e Tipologia de Intervenção	35

Quadro 20 – Operações do ITI Água e Ecossistemas de Paisagem aprovadas até 31/12/2025, por PR e Tipologia de Intervenção	35
Quadro 21 – Planos de Ação dos PROVERE contratualizados até 31/12/2025, por PR.....	37
Quadro 22 – Avisos de operações dos PROVERE do PR Alentejo 2030 abertos até 31/12/2025, por Tipologia de Intervenção	38
Quadro 23 – Avisos de operações dos PROVERE do PR Centro 2030 abertos até 31/12/2025, por Tipologia de Intervenção	38
Quadro 24 – Avisos de operações dos PROVERE do PR Algarve 2030 abertos até 31/12/2025, por Tipologia de Intervenção	39
Quadro 25 – Operações dos PROVERE aprovadas até 31/12/2025, por PR e Tipologia de Intervenção.....	39
Quadro 26 – Parcerias para a Coesão não Urbana contratualizadas até 31/12/2025.....	40
Quadro 27 – Operações das Parcerias para a Coesão não Urbana aprovadas até 31/12/2025, por Tipologia de Intervenção	41
Quadro 28 – Operações das Parcerias para a Coesão não Urbana aprovadas até 31/12/2025, por Parceria.....	41
Quadro 29 – Planos de Ação dos Contratos Territoriais Rurais da RAA contratualizados (31/12/2025)	43
Quadro 30 – Avisos de operações dos Contratos Territoriais Rurais da RAA abertos até 31/12/2025, por Tipologia de Intervenção.....	43
Quadro 31 – Dotação contratualizada no Objetivo Específico 3.1 para a tipologia Execução das estratégias de desenvolvimento local no DLBC, por GAL.....	45
Quadro 32 – Avisos de operações do DLBC abertos até 31/12/2025, por natureza do aviso	46
Quadro 33 – Operações do DLBC aprovadas até 31/12/2025, por GAL.....	47
Quadro 34 – Avisos de operações do FTJ abertos até 31/12/2025, por PR/PTTJ e Tipologia de Intervenção.....	48
Quadro 35 – Operações do FTJ aprovadas até 31/12/2025, por PR/PTTJ e Tipologia de Intervenção	49

Índice de caixas

Caixa 1 – Monitorização da regra 75/25 nos ITI CIM/AM	15
Caixa 2 – Desenvolvimento Urbano Sustentável (DUS).....	27
Caixa 3 – New European Bauhaus (NEB).....	30

Capítulo 1. Intervenções Urbanas

1.1. Contratos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (ITI CIM/AM)



A operacionalização dos Instrumentos Territoriais Integrados (ITI) das Comunidades Intermunicipais (CIM) e Áreas Metropolitanas (AM) resultou na contratualização de 23 Planos de Ação (PA) nos cinco Programas Regionais (PR) do Continente, com correspondência direta às NUTS III de cada Região³. Estes PA traduzem-se numa dotação global contratada de 2 956 mil M€ (quadro 1).

Quadro 1 – Planos de Ação dos ITI CIM/AM contratualizados (31/12/2025), por PR

Programa	CIM/AM	Nº PA	Fundo contratualizado
Norte 2030	CIM Alto Minho	1	128 138 510 €
	CIM Alto Tâmega e Barrosos	1	90 059 165 €
	AM Porto	1	376 727 293 €
	CIM Ave	1	149 934 898 €
	CIM Cávado	1	133 585 625 €
	CIM Douro	1	157 626 628 €
	CIM Tâmega e Sousa	1	186 932 218 €
	CIM Terras de Trás-os-Montes	1	109 578 690 €
Total Norte		8	1 332 583 027 €
Centro 2030	CIM Beira Baixa	1	58 572 411 €
	CIM Beiras e Serra da Estrela	1	108 722 715 €
	CIM Médio Tejo	1	121 664 089 €
	CIM Oeste	1	137 219 220 €
	CIM Região de Aveiro	1	105 000 000 €
	CIM Região de Coimbra	1	152 341 763 €
	CIM Região de Leiria	1	105 738 059 €
	CIM Viseu Dão Lafões	1	118 018 985 €
Total Centro		8	907 277 242 €
Lisboa 2030	AM Lisboa	1	120 000 000 €
Total AML		1	120 000 000 €
Alentejo 2030	CIM Alentejo Central	1	93 358 883 €
	CIM Alentejo Litoral	1	67 766 353 €
	CIM Alto Alentejo	1	69 951 343 €
	CIM Baixo Alentejo	1	89 538 748 €
	CIM Lezíria do Tejo	1	120 334 545 €
Total Alentejo		5	440 949 872 €
Algarve 2030	Algarve	1	155 200 000 €
Total Algarve		1	155 200 000 €
Total ITI CIM/AM		23	2 956 010 141 €

Fonte: Dados dos Fundos. Elaboração UPR/NIT

³ Para efeitos de aplicação do Acordo de Parceria (Portugal 2030) e dos Fundos da Política de Coesão 2021-2027, é utilizada a geografia de NUTS 2013, pelo que o PR Centro 2030 financia os ITI CIM do Oeste e do Médio Tejo e o PR Alentejo 2030 financia o ITI CIM da Lezíria do Tejo.

A dotação contratualizada revela uma forte concentração no Objetivo Específico (OE) 5.1 - *Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança nas zonas urbanas*, que representa cerca de 42% do total de dotação contratualizada no âmbito deste Instrumento.

É neste OE que se integram as intervenções em infraestruturas educativas, sociais e de saúde, bem como intervenções de reabilitação e regeneração urbana, refuncionalização de equipamentos coletivos, qualificação do espaço público, mobilidade a pedido, património natural e cultural, entre outras. Este OE assume particular relevância na região Norte, onde concentra 51% da dotação contratualizada, sendo o mais representativo em todas as regiões, com exceção do Algarve.

Em termos globais, destaca-se também o OE 2.5 - *Promover o acesso à água e a gestão sustentável da água*, que representa 14% do total contratualizado, e o OE 2.1 - *Promover a eficiência energética e reduzir as emissões de gases com efeito de estufa*, com 7% do montante total contratualizado. De salientar que, no caso do OE 2.5, exclui-se o PR Lisboa 2030, no qual este OE não foi mobilizado.

A nível regional, a Área Metropolitana de Lisboa (AML) (região mais desenvolvida) e o Algarve (região em transição) revelam uma distribuição das dotações por OE relativamente distinta da que se verifica nas regiões menos desenvolvidas (Norte, Centro e Alentejo).

No caso da AML, o destaque vai para a representatividade do OE 2.8 - *Promover a mobilidade urbana multimodal sustentável, como parte da transição para uma economia com zero emissões líquidas de carbono*, que absorve 31% da dotação total, bem como para o OE 2.4 - *Promover a adaptação às alterações climáticas, a prevenção dos riscos de catástrofe e a resiliência, tendo em conta abordagens baseadas em ecossistemas*, que representa 12% da dotação total.

Já o Algarve concentra significativamente os seus recursos em objetivos ambientais e de sustentabilidade, nomeadamente no OE 2.5 - *Promover o acesso à água e a gestão sustentável da água* (que representa 24% da dotação global contratualizada), no OE 2.6 - *Promover a transição para uma economia circular e eficiente na utilização dos recursos* (que representa 17%) e no OE 2.4 - *Promover a adaptação às alterações climáticas, a prevenção dos riscos de catástrofe e a resiliência, tendo em conta abordagens baseadas em ecossistemas* (14% da dotação total).

O quadro 2 apresenta a distribuição da dotação contratualizada por PR e por OE.

Quadro 2 – Dotação contratualizada nos Planos de Ação dos ITI CIM/AM (31/12/2025), por PR e Objetivo Específico

	Norte 2030	Centro 2030	Lisboa 2030	Alentejo 2030	Algarve 2030	Total
Dotação contratualizada por Objetivo Específico (percentagens em coluna)						
1.2. Aproveitar as vantagens da digitalização para os cidadãos, as empresas, os organismos de investigação e as autoridades públicas	2,8%	2,4%	-	1,0%	3,9%	2,3%
1.3. Reforçar o crescimento sustentável e a competitividade das PME, bem como a criação de emprego nas PME, inclusive através de investimentos produtivos	4,9%	9,6%	-	7,3%	-	6,2%
1.4. Desenvolver competências para a especialização inteligente, a transição industrial e o empreendedorismo	-	0,4%	-	-	-	0,1%
2.1. Promover a eficiência energética e reduzir as emissões de gases com efeito de estufa	6,4%	11,3%	2,9%	4,7%	2,6%	7,3%
2.2. Promover as energias renováveis, em conformidade com a Diretiva (UE) 2018/2001, incluindo os critérios de sustentabilidade nela estabelecidos	0,6%	0,4%	-	2,3%	-	0,7%
2.4. Promover a adaptação às alterações climáticas, a prevenção dos riscos de catástrofe e a resiliência, tendo em conta abordagens baseadas em ecossistemas	2,6%	5,8%	12,1%	3,5%	13,7%	4,7%
2.5. Promover o acesso à água e a gestão sustentável da água	13,8%	10,5%	-	22,0%	23,8%	14,0%
2.6. Promover a transição para uma economia circular e eficiente na utilização dos recursos	5,1%	1,8%	-	12,7%	17,4%	5,6%
2.7. Reforçar a proteção e preservação da natureza, a biodiversidade e as infraestruturas verdes, inclusive nas zonas urbanas, e reduzir todas as formas de poluição	-	8,3%	8,2%	1,1%	6,4%	3,4%
2.8. Promover a mobilidade urbana multimodal sustentável, como parte da transição para uma economia com zero emissões líquidas de carbono	2,4%	5,1%	30,5%	4,5%	10,1%	5,1%
4.1. Melhorar o acesso ao emprego e a medidas de ativação de todos os candidatos a emprego, em especial os jovens, sobretudo através da implementação da Garantia para a Juventude, dos desempregados de longa duração e grupos desfavorecidos no mercado de trabalho, e das pessoas inativas, bem como promover o emprego por conta própria e a economia social	2,5%	1,7%	-	2,3%	-	2,0%
4.4. Promover a adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança, o envelhecimento ativo e saudável e um ambiente de trabalho saudável e bem adaptado capaz de prevenir riscos para a saúde	0,8%	-	-	1,0%	-	0,5%
4.7. Promover a aprendizagem ao longo da vida, em especial através de oportunidades flexíveis de melhoria de competências e de requalificação para todos, tendo em conta as competências nos domínios do empreendedorismo e do digital, antecipar melhor a mudança e as novas exigências em matéria de competências com base nas necessidades do mercado de trabalho, facilitar as transições de carreira e fomentar a mobilidade profissional	-	-	-	-	0,2%	-
4.8. Favorecer a inclusão ativa, com vista a promover a igualdade de oportunidades, a não discriminação e a participação ativa, e melhorar a empregabilidade, em particular dos grupos desfavorecidos	3,0%	-	5,5%	-	-	1,6%
4.11. Reforçar a igualdade de acesso em tempo útil a serviços de qualidade, sustentáveis e a preços comportáveis, incluindo serviços que promovam o acesso a habitação e a cuidados centrados na pessoa, incluindo cuidados de saúde; Modernizar os sistemas de proteção social, inclusive promovendo o acesso à proteção social, com especial ênfase nas crianças e nos grupos desfavorecidos; Melhorar a acessibilidade inclusive para as pessoas com deficiência, a eficácia e a resiliência dos sistemas de saúde e dos serviços de cuidados continuados	4,3%	4,3%	7,5%	2,5%	1,8%	4,0%
5.1. Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança nas zonas urbanas	50,9%	38,4%	33,3%	34,9%	20,1%	42,4%
Dotação contratualizada total	1 332 583 027 €	907 277 242 €	120 000 000 €	440 949 872 €	155 200 000 €	2 956 010 141 €

Fonte: Dados dos Fundos. Elaboração UPR/NIT

Até 31 de dezembro de 2025, os ITI CIM/AM contabilizavam um total de 161 avisos de operações publicados, correspondendo a uma dotação global de 2 230 mil M€. Isto significa que, na data em referência, três quartos da dotação total contratualizada no âmbito deste Instrumento Territorial já se encontrava colocada em aviso (quadro 3).

A nível regional, destaca-se o PR Lisboa 2030 que já colocou praticamente a totalidade da dotação contratualizada a concurso e o PR Algarve 2030, que já abriu em aviso mais de 90% da dotação contratualizada.

Quadro 3 – Avisos de operações dos ITI CIM/AM abertos até 31/12/2025, por PR

Programa	N.º Avisos Operações	Dotação em aviso	% Dotação contratualizada a concurso
Norte 2030	53	1 118 674 816 €	83,9%
Centro 2030	49	563 906 336 €	62,2%
Lisboa 2030	13	119 780 000 €	99,8%
Alentejo 2030	28	282 245 243 €	64,0%
Algarve 2030	18	145 500 000 €	93,8%
Total	161	2 230 106 395 €	75,4%

Nota: alguns avisos abertos pelo Programa do Norte 2030 e do Centro 2030 são avisos em overbooking condicionado.

Fonte: Dados dos Fundos. Elaboração UPR/NIT

No total de avisos abertos para todos os OE, a dotação disponibilizada já contabiliza pelo menos 60% da dotação contratualizada, com exceção do OE 4.1.

Neste âmbito, destaca-se o OE 1.4 que já disponibilizou em aviso a totalidade da dotação contratualizada (4,4 M€), o OE 4.8 que conta com praticamente 95% da dotação contratualizada aberta em aviso (44,1 M€) e o OE 1.2 com cerca de 90% da dotação já colocada em avisos (62,1 M€).

A nível regional, destacam-se diversos OE com a totalidade da dotação contratualizada colocada a concurso: no Norte 2030, os OE 1.2, 2.1, 2.4, 2.5, 2.6, 2.8, 4.4, 4.8 e 4.11; no Centro 2030, os OE 1.4 e 2.6; no Lisboa 2030, os OE 2.1, 2.7, 2.8, 4.11 e 5.1; no Alentejo 2030, o OE 2.7; e no Algarve 2030, os OE 2.1, 2.6, 2.7 e 2.8.

O quadro 4 apresenta a percentagem da dotação contratualizada colocada a concurso, por OE e por PR até ao final do ano de 2025.

Quadro 4 – Dotação nos avisos de operações dos ITI CIM/AM abertos até 31/12/2025 face à dotação contratualizada (%), por PR e Objetivo Específico

	Norte 2030	Centro 2030	Lisboa 2030	Alentejo 2030	Algarve 2030	Total
% Dotação a concurso face à dotação contratualizada, por Objetivo Específico						
1.2. Aproveitar as vantagens da digitalização para os cidadãos, as empresas, os organismos de investigação e as autoridades públicas	100,0%	83,9%	-	82,4%	50,0%	89,6%
1.3. Reforçar o crescimento sustentável e a competitividade das PME, bem como a criação de emprego nas PME, inclusive através de investimentos produtivos	58,4%	82,2%	-	97,8%	-	76,6%
1.4. Desenvolver competências para a especialização inteligente, a transição industrial e o empreendedorismo	-	109,9%	-	-	-	109,9%
2.1. Promover a eficiência energética e reduzir as emissões de gases com efeito de estufa	100,0%	58,7%	100,0%	51,9%	100,0%	75,8%
2.4. Promover a adaptação às alterações climáticas, a prevenção dos riscos de catástrofe e a resiliência, tendo em conta abordagens baseadas em ecossistemas	100,0%	57,3%	100,0%	48,7%	100,0%	78,2%
2.5. Promover o acesso à água e a gestão sustentável da água	100,0%	82,0%	-	53,6%	91,9%	84,3%
2.6. Promover a transição para uma economia circular e eficiente na utilização dos recursos	100,0%	100,0%	-	44,6%	100,0%	81,4%
2.7. Reforçar a proteção e preservação da natureza, a biodiversidade e as infraestruturas verdes, inclusive nas zonas urbanas, e reduzir todas as formas de poluição	-	51,4%	100,0%	100,0%	100,0%	63,5%
2.8. Promover a mobilidade urbana multimodal sustentável, como parte da transição para uma economia com zero emissões líquidas de carbono	100,5%	38,9%	100,0%	50,0%	100,0%	74,6%
4.1. Melhorar o acesso ao emprego e a medidas de ativação de todos os candidatos a emprego, em especial os jovens, sobretudo através da implementação da Garantia para a Juventude, dos desempregados de longa duração e grupos desfavorecidos no mercado de trabalho, e das pessoas inativas, bem como promover o emprego por conta própria e a economia social	63,4%	6,5%	-	29,3%	-	42,5%
4.4. Promover a adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança, o envelhecimento ativo e saudável e um ambiente de trabalho saudável e bem adaptado capaz de prevenir riscos para a saúde	100,0%	-	-	55,6%	-	86,2%
4.8. Favorecer a inclusão ativa, com vista a promover a igualdade de oportunidades, a não discriminação e a participação ativa, e melhorar a empregabilidade, em particular dos grupos desfavorecidos	100,0%	-	61,8%	-	-	94,6%
4.11. Reforçar a igualdade de acesso em tempo útil a serviços de qualidade, sustentáveis e a preços comportáveis, incluindo serviços que promovam o acesso a habitação e a cuidados centrados na pessoa, incluindo cuidados de saúde; Modernizar os sistemas de proteção social, inclusive promovendo o acesso à proteção social, com especial ênfase nas crianças e nos grupos desfavorecidos; Melhorar a acessibilidade inclusive para as pessoas com deficiência, a eficácia e a resiliência dos sistemas de saúde e dos serviços de cuidados continuados	100,0%	62,5%	125,6%	52,2%	85,7%	84,9%
5.1. Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança nas zonas urbanas	75,3%	58,4%	100,0%	81,3%	90,4%	72,5%
Total	83,9%	62,2%	99,8%	64,0%	93,8%	75,4%
Dotação indicativa total	1 118 674 816 €	563 906 336 €	119 780 000 €	282 245 243 €	145 500 000 €	2 230 106 395 €

Fonte: Dados dos Fundos. Elaboração UPR/NIT

No total dos cinco PR, até 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas 2 250 operações, o que se traduz em 1 107 mil M€ de fundo aprovado e 244,4 M€ de fundo executado. De salientar que, do número total de operações aprovadas, 43 correspondem a operações faseadas do Portugal 2020 (PT2020)⁴, representando um fundo aprovado de 38,6 M€ e executado de 26,3 M€.

Assim, no período em análise, os ITI CIM/AM atingiram taxas globais de aprovação de 37%, de execução de 8% e de realização de 22%.

Numa análise detalhada por PR, destaca-se o PR Norte 2030 com o maior número de operações aprovadas e a taxa de aprovação mais elevada (50%). Por outro lado, o PR Lisboa 2030 evidencia taxas de execução e de realização significativamente superiores à média nacional (24% e 56%, respetivamente).

Ao nível das CIM/AM, observam-se igualmente diferenças na implementação territorial deste Instrumento. Neste contexto, destacam-se as CIM do Alto Tâmega e Barroso, Ave e Cávado (Norte) com as taxas de aprovação mais elevadas a nível nacional, superiores a 60%, bem como a AML (Lisboa) que regista as maiores taxas de execução e realização a nível global (quadro 5).

Quadro 5 – Operações dos ITI CIM/AM aprovadas até 31/12/2025, por CIM/AM

Programa	CIM/AM	Fundo contratualizado	N.º Operações Aprovadas	Fundo Aprovado	Fundo Executado	Tx. Aprovação	Tx. Execução	Tx. Realização
Norte 2030	CIM Alto Minho	128 138 510 €	144	58 340 713 €	6 005 763 €	46%	5%	10%
	CIM Alto Tâmega e Barroso	90 059 165 €	243	59 310 104 €	10 063 141 €	66%	11%	17%
	AM Porto	376 727 293 €	118	131 296 820 €	10 817 487 €	35%	3%	8%
	CIM Ave	149 934 898 €	142	99 024 788 €	23 808 383 €	66%	16%	24%
	CIM Cávado	133 585 625 €	160	86 152 392 €	8 051 870 €	64%	6%	9%
	CIM Douro	157 626 628 €	219	80 367 823 €	10 143 223 €	51%	6%	13%
	CIM Tâmega e Sousa	186 932 218 €	177	98 768 324 €	14 983 688 €	53%	8%	15%
	CIM Terras de Trás-os-Montes	109 578 690 €	125	59 178 190 €	10 506 948 €	54%	10%	18%
	Total Norte 2030	1 332 583 027 €	1 328	672 439 155 €	94 380 502 €	50%	7%	14%
Centro 2030	CIM Beira Baixa	58 572 411 €	29	12 727 962 €	2 335 571 €	22%	4%	18%
	CIM Beiras e Serra da Estrela	108 722 715 €	35	10 531 565 €	3 021 054 €	10%	3%	29%
	CIM Médio Tejo	121 664 089 €	69	38 569 015 €	13 663 737 €	32%	11%	35%
	CIM Oeste	137 219 220 €	60	28 166 944 €	12 926 817 €	21%	9%	46%
	CIM Região de Aveiro	105 000 000 €	49	29 565 622 €	12 520 019 €	28%	12%	42%
	CIM Região de Coimbra	152 341 763 €	82	28 901 537 €	4 113 511 €	19%	3%	14%
	CIM Região de Leiria	105 738 059 €	59	26 943 723 €	12 843 501 €	25%	12%	48%
	CIM Viseu Dão Lafões	118 018 985 €	88	18 562 725 €	4 035 734 €	16%	3%	22%
	Total Centro 2030	907 277 242 €	471	193 969 092 €	65 459 944 €	21%	7%	34%
Lisboa 2030	AM Lisboa	120 000 000 €	85	51 393 456 €	28 580 667 €	43%	24%	56%
	Total Lisboa 2030	120 000 000 €	85	51 393 456 €	28 580 667 €	43%	24%	56%
Alentejo 2030	CIM Alentejo Central	93 358 883 €	66	17 582 839 €	5 600 737 €	19%	6%	32%
	CIM Alentejo Litoral	67 766 353 €	36	23 856 915 €	10 323 180 €	35%	15%	43%
	CIM Alto Alentejo	69 951 343 €	66	24 833 624 €	10 809 118 €	36%	15%	44%
	CIM Baixo Alentejo	89 538 748 €	66	18 423 885 €	5 331 298 €	21%	6%	29%
	CIM Lezíria do Tejo	120 334 545 €	64	41 778 335 €	9 572 438 €	35%	8%	23%
	Total Alentejo 2030	440 949 872 €	298	126 475 598 €	41 636 771 €	29%	9%	33%
Algarve 2030	Algarve	155 200 000 €	68	63 360 715 €	14 307 756 €	41%	9%	23%
	Total Algarve 2030	155 200 000 €	68	63 360 715 €	14 307 756 €	41%	9%	23%
	Total ITI CIM/AM	2 956 010 141 €	2 250	1 107 638 016 €	244 365 640 €	37%	8%	22%

Nota: Inclui operações faseadas PT2020.

Fonte: Dados dos Fundos/ AG do PR Norte 2030 no caso dos dados do Norte⁵. Elaboração UPR/NIT

⁴ Projetos iniciados no PT2020 cuja conclusão (2.ª fase) transitou e passou a ser financiada pelo PT2030.

⁵ Informação fornecida pela AG do PR Norte 2030 e ainda não registada em Sistema de Informação.

Caixa 1 – Monitorização da regra 75/25 nos ITI CIM/AM

O ITI CIM/AM, no âmbito do Objetivo Estratégico (OP) 5, prioriza o financiamento de intervenções nos dois primeiros Eixos de Intervenção (**Eixo 1- Reorganização e qualificação da oferta e Provisão de Serviços Públicos e Coletivos de Interesse Geral de nova geração** e **Eixo 2- Reforço dos nós do Sistema Urbano policêntrico e respetivas interconexões, de modo a aumentar a competitividade, a digitalização e a descarbonização dos centros urbanos**).

Assim, os dois primeiros Eixos devem concentrar, em média, pelo menos 75% dos recursos (FEDER) afetos ao OE 5.1, aferidos ao nível de cada PR, enquanto o **Eixo 3- Dinamização de Valorização dos Ativos Territoriais, que tornam os territórios mais resilientes e atrativo** deve representar um máximo de 25% do financiamento total.

De forma global, conforme evidencia o quadro 6, verifica-se o cumprimento desta regra em todas as regiões, com exceção da região Norte. Esta situação foi sinalizada junto da Autoridade de Gestão (AG) do PR Norte 2030 no decurso do processo de auscultação, tendo sido posteriormente ultrapassada após o processo de reprogramação (ver ponto [1.1.1](#) para mais detalhes).

Quadro 6 – Distribuição da dotação contratualizada nos ITI CIM/AM no âmbito do OP5, por Eixos de Intervenção e PR

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve
% Eixo 1 + Eixo 2	61%	76%	100%	76%	75%
% Eixo 3	39%	24%	0%	24%	25%

Fonte: Dados dos Fundos/AG do PR Norte 2030 no caso dos dados do Norte. Elaboração UPR/NIT

Ao nível das operações, o quadro 7 apresenta as operações aprovadas que contabilizam para o Eixo 1 e 2 e para o Eixo 3, por PR.

Quadro 7 – Operações dos ITI CIM/AM aprovadas no OP5 até 31/12/2025, por PR e Eixo de Intervenção

PR / Eixos de Intervenção	N.º Operações	Fundo Contratualizado	Fundo Aprovado	Regra 75/25 Aprovação	Fundo Executado	Tx. Aprovação	Tx. Execução
Norte 2030	488	677 991 235 €	313 973 552 €		68 258 330 €	46%	10%
Eixo 1 + Eixo 2	266	410 318 769 €	184 132 345 €	59%	44 179 953 €	45%	11%
Eixo 3	222	267 672 466 €	129 841 207 €	41%	24 078 377 €	49%	9%
Centro 2030	90	348 711 540 €	85 828 600 €		35 280 317 €	25%	10%
Eixo 1 + Eixo 2	55	263 779 474 €	61 360 331 €	71%	28 226 164 €	23%	11%
Eixo 3	35	84 932 066 €	24 468 269 €	29%	7 054 153 €	29%	8%
Lisboa 2030	21	40 000 000 €	24 510 771 €		17 633 811 €	61%	44%
Eixo 1 + Eixo 2	21	40 000 000 €	24 510 771 €	100%	17 633 811 €	61%	44%
Eixo 3							
Alentejo 2030	73	153 999 953 €	69 794 119 €		38 029 705 €	45%	25%
Eixo 1 + Eixo 2	65	117 141 520 €	65 980 317 €	95%	35 591 008 €	56%	30%
Eixo 3	8	36 858 433 €	3 813 802 €	5%	2 438 696 €	10%	7%
Algarve 2030	19	31 200 000 €	17 252 095 €		9 585 897 €	55%	31%
Eixo 1 + Eixo 2	13	23 400 000 €	13 099 028 €	76%	8 819 473 €	56%	38%
Eixo 3	6	7 800 000 €	4 153 067 €	24%	766 424 €	53%	10%

Fonte: Dados dos Fundos/AG do PR Norte 2030 no caso dos dados do Norte. Elaboração UPR/NIT

Desagregando as operações aprovadas por Tipologia de Intervenção (TI), verifica-se que, a nível global, as Tipologias relacionadas com o Ciclo urbano da água em baixa (OE 2.5) e com a Reabilitação e regeneração urbanas, o Ensino pré-escolar, básico e secundário, a Refuncionalização de equipamentos coletivos e a Qualificação do espaço público (todas do OE 5.1) são as mais representativas em termos de fundo aprovado e fundo executado nas diferentes Regiões do Continente.

Já a TI relacionada com os Investimentos de base territorial (OE 1.3) destaca-se com o maior número de operações aprovadas no total deste Instrumento (432).

Como se pode observar no quadro 8, que apresenta as TI com maior montante de fundo aprovado nas operações dos ITI CIM/AM aprovadas até 31 de dezembro de 2025 por CIM/AM, destacam-se, ainda, as seguintes TI:

- *Digitalização para eficiência de serviços aos cidadãos e empresas* (OE 1.2) na CIM do Tâmega e Sousa (Norte);
- *Infraestruturas de acolhimento empresarial de nova geração* (OE 1.3) na CIM da Região de Aveiro (Centro) e no Alentejo nas CIM do Alentejo Litoral e do Baixo Alentejo;
- *Investimentos de base territorial* (OE 1.3) na CIM do Alto Tâmega e Barroso (Norte), em cinco das oito CIM do Centro e na CIM do Alto Alentejo;
- *Eficiência energética na AP Regional e Local* (OE 2.1) na CIM do Tâmega e Sousa (Norte);
- *Proteção civil e gestão integrada de riscos* (OE 2.4) nas CIM das Terras de Trás-os-Montes (Norte), Beira Baixa, Médio Tejo e Região de Coimbra (Centro) e no Algarve;
- *Gestão de resíduos urbanos: subinvestimentos em baixa* (OE 2.6) na AMP (Norte) e na CIM do Alentejo Central;
- *Promoção do sucesso educativo* (OE 4.11) na Área Metropolitana do Porto (AMP) (Norte), nas CIM da Beira Baixa e da Beiras e Serra da Estrela (Centro) e do Alentejo Central;
- *Produtos turísticos subregionais e locais* (OE 5.1) nas CIM da Região de Coimbra e de Viseu Dão Lafões, no Centro.

Quadro 8 – Tipologias de Intervenção com maior montante de fundo aprovado nas operações dos ITI CIM/AM aprovadas até 31/12/2025, por CIM/AM

CIM/AM	OE	Tipologia de Intervenção	Nº Operações aprovadas	Fundo Aprovado	Fundo Executado	Tx. Realização
Norte						
	2.5	Ciclo Urbano da Água (baixa)	12	18 387 994 €	0 €	0%
Alto Minho	5.1	Refuncionalização equipamentos coletivos e qualificação espaços públicos	14	11 543 016 €	2 045 408 €	18%
	5.1	Ensino Pré-escolar, Básico e Secundário	11	3 877 717 €	164 168 €	4%
Alto Tâmega e Barroso	5.1	Refuncionalização equipamentos coletivos e qualificação espaços públicos	24	11 209 551 €	2 827 508 €	25%
	1.3	Investimentos de base territorial	62	7 242 756 €	0 €	0%
	5.1	Reabilitação e regeneração urbanas	6	5 198 790 €	872 602 €	17%
AM Porto	2.5	Ciclo Urbano da Água (baixa)	40	52 989 716 €	2 041 261 €	4%
	4.11	Promoção do sucesso educativo	13	16 629 609 €	866 790 €	5%
	2.6	Gestão de resíduos urbanos (baixa)	13	15 811 520 €	1 573 467 €	10%
Ave	5.1	Reabilitação e regeneração urbanas	6	31 758 744 €	11 199 840 €	35%
	5.1	Refuncionalização equipamentos coletivos e qualificação espaços públicos	23	15 279 789 €	4 138 209 €	27%
	2.5	Ciclo Urbano da Água (baixa)	18	12 854 317 €	0 €	0%
Cávado	5.1	Reabilitação e regeneração urbanas	8	18 134 920 €	2 590 173 €	14%
	2.5	Ciclo Urbano da Água (baixa)	8	13 574 515 €	0 €	0%
	5.1	Ensino Pré-escolar, Básico e Secundário	14	12 037 210 €	1 098 360 €	9%
Douro	5.1	Refuncionalização equipamentos coletivos e qualificação espaços públicos	41	19 558 988 €	1 966 449 €	10%
	2.5	Ciclo Urbano da Água (baixa)	21	11 285 621 €	656 965 €	6%
	5.1	Reabilitação e regeneração urbanas	8	11 211 468 €	3 309 323 €	30%
Tâmega e Sousa	2.5	Ciclo Urbano da Água (baixa)	17	30 206 015 €	1 816 154 €	6%
	1.2	Digitalização eficiência de serviços - cidadãos e empresas	11	3 682 106 €	1 365 528 €	37%
	2.1	Eficiência energética na AP Regional e Local	4	1 137 193 €	159 847 €	14%
Terras de Trás-os-Montes	5.1	Refuncionalização equipamentos coletivos e qualificação espaços públicos	15	9 580 790 €	3 514 236 €	37%
	5.1	Reabilitação e regeneração urbanas	6	8 678 174 €	4 969 135 €	57%
	2.4	Proteção civil e gestão integrada de riscos	20	7 816 997 €	951 630 €	12%
Centro						
Beira Baixa	2.4	Proteção civil e gestão integrada de riscos	8	3 675 429 €	826 767 €	22%
	5.1	Reabilitação e regeneração urbanas	1	3 130 348 €	0 €	0%
	4.11	Promoção do sucesso educativo	1	1 753 452 €	478 501 €	27%
Beiras e Serra da Estrela	4.11	Promoção do sucesso educativo	1	2 616 463 €	692 051 €	26%
	1.3	Investimentos de base territorial	21	2 190 825 €	419 668 €	19%
	5.1	Reabilitação e regeneração urbanas	3	1 945 544 €	286 624 €	15%
Médio Tejo	5.1	Reabilitação e regeneração urbanas	11	14 862 681 €	6 308 851 €	42%
	2.4	Proteção civil e gestão integrada de riscos	2	3 758 404 €	2 386 127 €	63%
	1.3	Investimentos de base territorial	34	3 277 455 €	214 013 €	7%
Oeste	5.1	Reabilitação e regeneração urbanas	5	6 650 480 €	2 504 956 €	38%
	5.1	Ensino Pré-escolar, Básico e Secundário	3	6 336 491 €	5 166 453 €	82%
	2.5	Ciclo Urbano da Água (baixa)	4	2 276 742 €	1 877 184 €	82%
Região de Aveiro	5.1	Reabilitação e regeneração urbanas	6	6 342 407 €	3 252 307 €	51%
	5.1	Refuncionalização equipamentos coletivos e qualificação espaços públicos	6	5 680 647 €	1 827 005 €	32%
	1.3	Infraestruturas de acolhimento empresarial de nova geração	2	4 863 024 €	4 619 873 €	95%
Região de Coimbra	2.4	Proteção civil e gestão integrada de riscos	10	4 790 877 €	154 986 €	3%
	1.3	Investimentos de base territorial	47	3 852 793 €	90 855 €	2%
	5.1	Produtos turísticos subregionais e locais	1	3 160 136 €	0 €	0%
Região de Leiria	5.1	Ensino Pré-escolar, Básico e Secundário	2	7 488 674 €	1 687 933 €	23%
	1.3	Investimentos de base territorial	42	4 282 452 €	214 039 €	5%
	2.5	Ciclo Urbano da Água (baixa)	5	3 712 421 €	3 474 336 €	94%
Viseu Dão Lafões	1.3	Investimentos de base territorial	72	6 859 033 €	427 356 €	6%
	5.1	Produtos turísticos subregionais e locais	1	1 614 750 €	310 925 €	19%
	5.1	Reabilitação e regeneração urbanas	3	1 313 352 €	1 036 884 €	79%

CIM/AM	OE	Tipologia de Intervenção	Nº Operações aprovadas	Fundo Aprovado	Fundo Executado	Tx. Realização
Lisboa						
	5.1	Ensino Pré-escolar, Básico e Secundário	12	16 538 196 €	11 604 038 €	70%
AM Lisboa	2.8	Mobilidade Sustentável	18	13 224 891 €	8 578 744 €	65%
	5.1	Reabilitação e regeneração urbanas	9	7 972 576 €	6 029 773 €	76%
Alentejo						
Alentejo Central	5.1	Reabilitação e regeneração urbanas	7	4 219 455 €	2 326 091 €	55%
	2.6	Gestão de resíduos urbanos (baixa)	2	3 737 169 €	620 408 €	17%
	4.11	Promoção do sucesso educativo	14	1 700 910 €	8 513 €	1%
Alentejo Litoral	5.1	Reabilitação e regeneração urbanas	10	14 542 802 €	8 870 075 €	61%
	2.5	Ciclo Urbano da Água (baixa)	2	2 173 004 €	335 704 €	15%
	1.3	Infraestruturas de acolhimento empresarial de nova geração	1	1 538 069 €	48 238 €	3%
Alto Alentejo	5.1	Reabilitação e regeneração urbanas	11	11 225 045 €	5 674 962 €	51%
	5.1	Ensino Pré-escolar, Básico e Secundário	2	5 757 634 €	4 529 892 €	79%
	1.3	Investimentos de base territorial	37	4 002 842 €	118 507 €	3%
Baixo Alentejo	5.1	Reabilitação e regeneração urbanas	10	5 878 976 €	3 506 470 €	60%
	5.1	Ensino Pré-escolar, Básico e Secundário	2	3 707 523 €	1 233 544 €	33%
	1.3	Infraestruturas de acolhimento empresarial de nova geração	3	2 425 871 €	132 295 €	5%
Lezíria do Tejo	2.5	Ciclo Urbano da Água (baixa)	11	12 662 305 €	1 041 372 €	8%
	5.1	Ensino Pré-escolar, Básico e Secundário	8	10 065 729 €	1 354 833 €	13%
	5.1	Reabilitação e regeneração urbanas	10	7 499 652 €	5 620 663 €	75%
Algarve						
	2.5	Ciclo Urbano da Água (baixa)	16	21 086 896 €	293 719 €	1%
Algarve	5.1	Ensino Pré-escolar, Básico e Secundário	9	10 637 702 €	7 286 499 €	68%
	2.4	Proteção civil e gestão integrada de riscos	17	9 187 046 €	0	0%

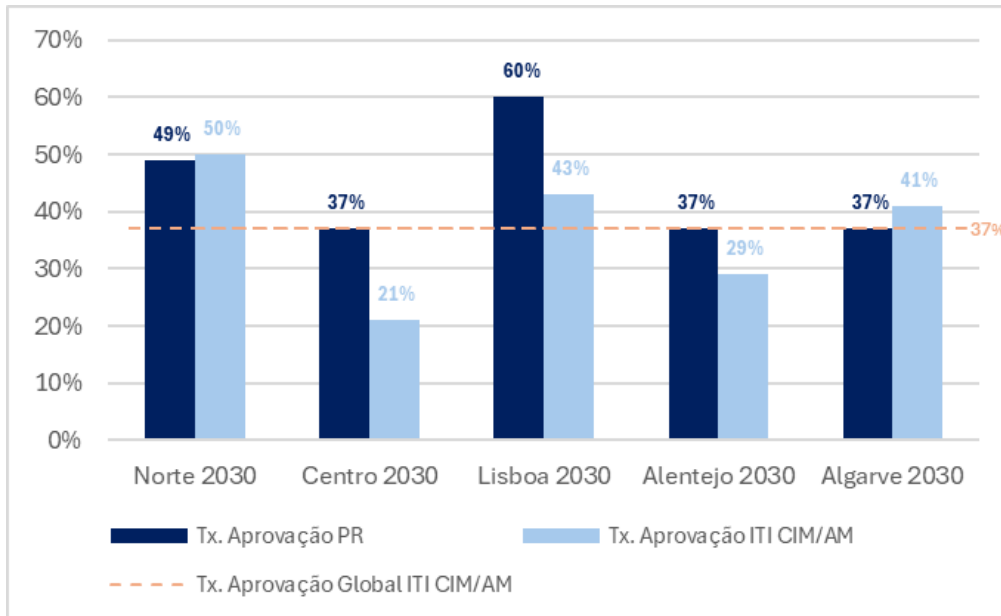
Nota: Inclui operações faseadas PT2020.

Fonte: Dados dos Fundos/AG do PR Norte 2030 no caso dos dados do Norte. Elaboração UPR/NIT

Numa análise comparativa entre os níveis de aprovação e de execução globais dos PR face aos níveis de aprovação e de execução dos ITI CIM/AM, a 31 de dezembro de 2025, importa salientar que, nessa data, o PR Norte 2030 e o PR Algarve 2030 registavam taxas de aprovação nos ITI CIM/AM ligeiramente superiores às taxas globais do PR: no caso do Norte, a taxa de aprovação global do PR era de 49% enquanto a dos ITI CIM/AM se situava nos 50% e no caso do Algarve a taxa de aprovação global do PR era de 37% enquanto a dos ITI CIM/AM era de 41% (figura 1).

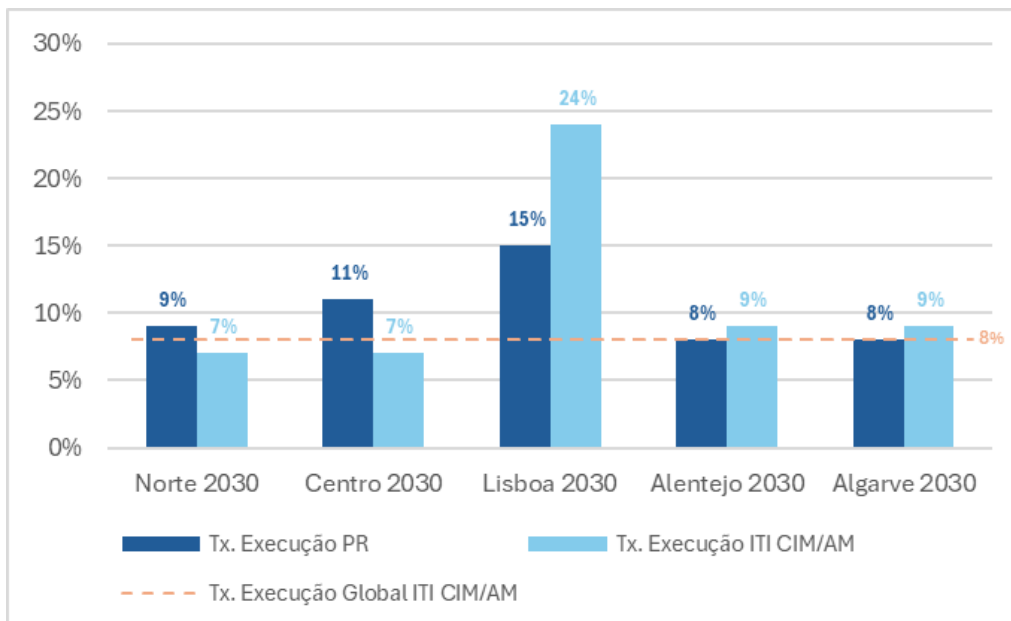
Já os PR Lisboa 2030, Alentejo 2030 e Algarve 2030 registavam taxas de execução superiores nos ITI CIM/AM face às globais dos PR, situação mais significativa no caso de Lisboa: uma taxa de execução global do PR de 15% face a 24% nos ITI CIM/AM, em Lisboa, e uma taxa de execução global do PR de 8% face a 9% nos ITI CIM/AM, tanto no Alentejo como no Algarve (figura 2). Inversamente, no Norte e no Centro, as taxas de execução encontram-se em níveis inferiores aos dos respetivos Programas Regionais.

Figura 1 – Taxas de aprovação globais dos PR e dos ITI CIM/AM, a 31/12/2025, por PR



Fonte: Dados dos Fundos/AG do PR Norte 2030 no caso dos dados do Norte. Elaboração UPR/NIT

Figura 2 – Taxas de execução globais dos PR e dos ITI CIM/AM, a 31/12/2025, por PR



Fonte: Dados dos Fundos/AG do PR Norte 2030 no caso dos dados do Norte. Elaboração UPR/NIT

1.1.1. Reprogramação dos Contratos dos ITI CIM/AM

Face à evolução do contexto geopolítico e à necessidade de reforçar a resposta aos desafios estruturais enfrentados pela União Europeia, a Comissão Europeia apresentou um novo pacote legislativo, com particular incidência nos apoios financiados pelo FEDER e pelo Fundo de Coesão, definindo cinco novas prioridades estratégicas.

As prioridades identificadas assentam nos seguintes pilares:

- Competitividade e descarbonização;
- Defesa e segurança;
- Habitação acessível;
- Resiliência hídrica;
- Transição energética.

Neste contexto, passou a existir a necessidade de integrar estas novas áreas prioritárias no âmbito da revisão intercalar de 2025 dos Programas do Portugal 2030, alocando um mínimo de 10%, aferido ao nível de cada Programa, às mesmas, de forma a poderem beneficiar dos mecanismos de facilitação da execução. Todos os Programas, com exceção do Programa de Assistência Técnica, foram objeto de reprogramação durante o ano de 2025.

No caso particular dos Instrumentos Territoriais, assinala-se a área da habitação social e/ou habitação a preços acessíveis, que representa o impacto mais significativo no processo de reprogramação. Isto deve-se à criação de um novo OE (OE 5.3 - *Promover o desenvolvimento territorial integrado, através do acesso a habitação a preços acessíveis e sustentável em todos os tipos de territórios*), que será mobilizado através dos ITI CIM/AM e para o qual transitarão as elegibilidades da habitação, anteriormente no OE 5.1.

O objetivo principal deste OE visa o aumento do parque público de habitação, num contexto de forte pressão sobre o preço da habitação, o qual é identificado no quadro do Semestre Europeu como um dos desafios enfrentados por Portugal. Os investimentos em habitação deverão, ainda, cumprir com os requisitos europeus e nacionais em matéria de acessibilidade para pessoas com deficiência e incapacidade, garantindo, igualmente, que tais investimentos cumpram o princípio da não segregação e da dessegregação.

De salientar que este novo OE 5.3 contabilizará para o Eixo 1 dos ITI CIM/AM e que o montante alocado a este Eixo, na componente do OE 5.1, passará a ser fixado num valor mínimo, ao nível de cada PR, até ao final do período de programação (sem habitação). Desta forma, os Eixos 1 e 2 passarão a concentrar, em termos médios, pelo menos $\frac{3}{4}$ da dotação do OE 5.1 e do OE 5.3, o que permitirá aliviar as dificuldades sentidas por alguns PR no cumprimento desta condição.

Assinala-se ainda que, no início de 2026, com a aprovação da revisão dos Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT) no Norte e no Centro, ocorreu uma reclassificação dos centros urbanos elegíveis nos Eixos 2 e 3. Desta forma, alguns centros urbanos que eram elegíveis para efeitos de Eixo 3 passarão a contabilizar para efeitos de Eixo 2.

A revisão dos Contratos dos ITI CIM/AM, para refletir a revisão intercalar dos Programas, está prevista para o início de 2026.

1.2. Instrumentos Territoriais Integrados Redes Urbanas



A 20 de janeiro de 2025, foi publicado o aviso convite MPR-ITI_R_URB-2025-1⁶ para operacionalização das Estratégias ITI Redes Urbanas Inter-regionais e Redes Urbanas Intrarregionais, com exceção dos ITI Redes Urbanas Intrarregionais Norte (objeto de aviso específico). Este aviso, com uma dotação indicativa de 51,4 M€, visou a apresentação dos Planos de Ação das estratégias que haviam sido pré-qualificadas.

No decorrer do referido ano, as Autoridades de Gestão procederam à análise das candidaturas, tendo elaborado propostas conjuntas de fichas de mérito e *check-list* de admissibilidade e realizado reuniões conjuntas de análise e audição.

Dando cumprimento ao disposto no n.º 5 do Artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 5/2023, de 25 de janeiro, o processo de auscultação junto das AD&C, I.P. e das CCDR, I.P. (quando aplicável) foi concluído em fevereiro de 2026, encontrando-se o processo de contratualização na fase final de operacionalização por parte das AG.

Como resultado do processo de auscultação, foi apresentada a proposta de aprovação de sete Redes Urbanas Inter-regionais (com uma dotação indicativa de 26,4 M€) e de oito Redes Urbanas Intrarregionais (com uma dotação indicativa de 23,3 M€) – cinco do PR Centro 2030 e três do PR Alentejo 2030 (quadro 9)⁷.

⁶ Este aviso diz respeito à 2ª fase do processo de reconhecimento das ITI Redes Urbanas e revestiu a forma de aviso convite dirigido apenas às entidades líder das iniciativas qualificadas na 1ª fase para a apresentação do Plano de Ação, com a estruturação técnica, financeira e institucional detalhada das intervenções a realizar.

⁷ Assim que o processo estiver concluído, as Autoridades de Gestão terão de registar em sistema os respetivos Planos de Ação aprovados.

Quadro 9 – Planos de Ação das Redes Urbanas pré-qualificadas e aprovadas

Designação da Rede	Programa(s) financiador(es)	Líder da Rede	Parceiros
Redes Urbanas Inter-regionais			
Rede de Fortalezas Alentejo e Algarve	Alentejo e Algarve	Município de Elvas	Municípios de Beja, Campo Maior, Elvas, Mértola, Nisa, Portalegre, Reguengos de Monsaraz, Alcoutim e Castro Marim; Turismo do Alentejo ERT, Região de Turismo do Algarve ERT
Descarbonização dos Serviços de Transporte Público	Alentejo e Algarve	Município de Portimão	Municípios de Lagoa, Moura e Serpa; CIM Baixo Alentejo
Rede de Atração e Integração de Imigrantes	Centro, Alentejo e Algarve	Município de Torres Vedras	Municípios de Torres Vedras, Fundão, Loulé e Odemira
Rede Ecossistemas Criativos	Centro, Alentejo e Algarve	Município de Faro	Municípios de Lagos, Santarém e Estarreja
Rede Urbana para a Resiliência Climática	Norte, Centro, Alentejo e Algarve	Laboratório da Paisagem de Guimarães	Municípios de Torres Vedras, Águeda, Loulé e Mértola; SMAS Torres Vedras; Laboratório da Paisagem de Guimarães
Rede Cidades de Cultura	Norte, Centro, Alentejo e Algarve	Município de Évora	Municípios de Braga, Aveiro, Évora e Faro; Faz cultura - Empresa Municipal de Cultura; Turismo do Alentejo ERT; Associação Évora 2027
Cidades Âncora para a Economia Azul	Norte, Centro, Lisboa Alentejo e Algarve	C.M. Viana do Castelo	CIIMAR – Centro Interdisciplinar de Investigação Marinha e Ambiental; Fórum Oceano, Associação da Economia do Mar; Sines Tecnopolo – Associação Centro de Incubação de Empresas de Base Tecnológica Vasco da Gama; Universidade do Minho; C.M. Viana do Castelo
Redes Urbanas Intrarregionais			
CENTRO +INVEST: Rede Urbana para a atração de empresas intensivas em conhecimento e novos residentes	Centro	Município de Coimbra	Municípios de Coimbra, Cantanhede, Oliveira do Hospital, Penacova, Figueira da Foz, Marinha Grande, Viseu; CIM da Região de Coimbra, da Região de Leiria e de Viseu Dão Lafões; Instituto Pedro Nunes – Associação para a Inovação e Desenvolvimento em Ciência e Tecnologia; Instituto Politécnico de Coimbra; Parque para a inovação em Ciência, Tecnologia e Saúde, E.M., S.A.; Universidade de Coimbra
Rede Urbana CLIMA_RESILIENTE_URBCENTRO	Centro	Município de Viseu	Municípios de Almeida, Coimbra, Figueira da Foz, Guarda e Viseu; CIM de Viseu Dão Lafões
Rede de Cidades Criativas UNESCO do Centro de Portugal	Centro	Município da Covilhã	Municípios de Caldas da Rainha, Castelo Branco, Covilhã, Idanha-a-Nova, Leiria e Óbidos; Turismo do Centro de Portugal ERT
“A Linha que nos Une” – Mobilidade e Acessibilidade Turística Sustentável	Centro	Município de Castelo Branco	Municípios de Castelo Branco, Abrantes, Entroncamento, Vila Nova da Barquinha, Vila Velha de Ródão; CP - Coimboios de Portugal; Turismo do Centro de Portugal ERT; Fundação MNF Armando Ginestal Machado
Sistema de Mobilidade da Região de Leiria/Ourém	Centro	Município de Leiria	Municípios de Leiria, Pombal, Marinha Grande, Ourém, Porto de Mós e Batalha; CIM da Região de Leiria; Instituto Politécnico de Leiria; Universidade de Coimbra; NERLEI - Associação Empresarial da Região de Leiria; ACISO - Associação Empresarial Ourém-Fátima; POMBAL PROF - Sociedade de Educação e Ensino Profissional, S.A.; INSIGNARE - Associação de Ensino e Formação
Rede Liberdade & Cidadania	Alentejo	Município de Santarém	Municípios de Santarém, Castelo de Vide, Estremoz e Vendas Novas
Rede Urbana do Alentejo para a Aeronáutica, Espaço e Defesa – AIR 4ALL	Alentejo	Município de Beja	Municípios de Beja, Évora, Grândola, Ponte de Sôr; ADRAL Alentejo, S.A.; Universidade de Évora
Corredor de internacionalização e de suporte às bacias de emprego do Alentejo	Alentejo	Município de Sines	Municípios de Sines, Elvas, Santiago Cacém e Vendas Novas

Fonte: Autoridades de Gestão (processo de auscultação). Elaboração UPR/NIT

No que se refere às Redes Urbanas Intrarregionais do PR Norte 2030, foram submetidas 10 candidaturas. O processo de contratualização será operacionalizado no decorrer do ano de 2026.

1.3. Instrumentos Territoriais Integrados Funchal e Porto Santo – Região Autónoma da Madeira

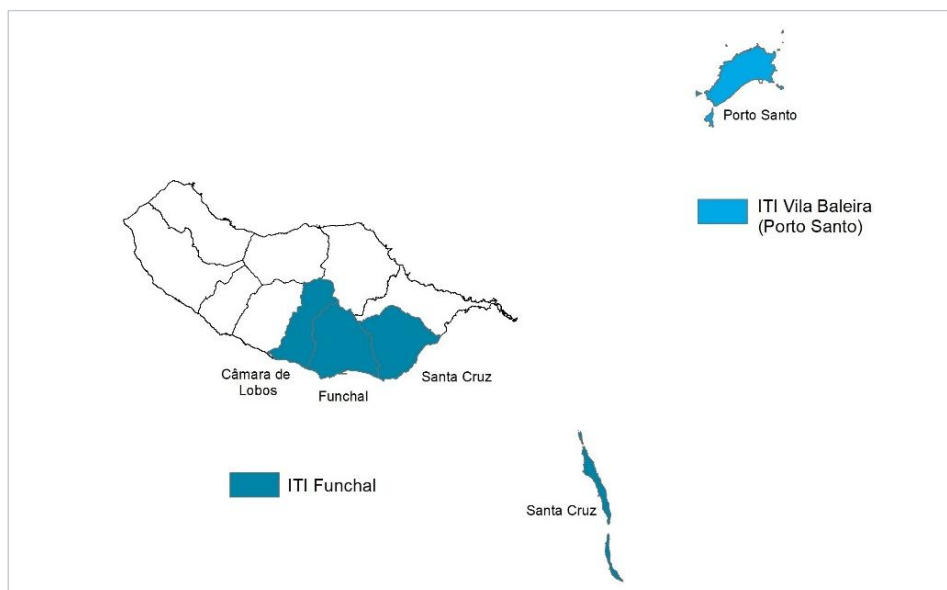


Durante o ano de 2025, a AG do PR Madeira 2030 aprovou os Planos de Ação dos seus dois ITI Urbanos⁸:

- ITI Urbano Funchal, aprovado a 31 de janeiro de 2025, com uma dotação global contratualizada de 24 000 000€;
- ITI Urbano Porto Santo, aprovado a 28 de fevereiro de 2025, com uma dotação global contratualizada de 10 000 000€.

A figura 3 detalha os territórios de incidência dos ITI Urbanos da Região Autónoma da Madeira (RAM) contratualizados.

Figura 3 – Territórios de incidência dos ITI Urbanos da RAM



Fonte: Dados dos Fundos. Elaboração UPR/NIT

Estes ITI operacionalizam-se através da mobilização dos OE 1.2 - *Aproveitar as vantagens da digitalização para os cidadãos, as empresas, os organismos de investigação e as autoridades públicas* (3,5 M€); 2.1 - *Promover a eficiência energética e reduzir as emissões de gases com efeito de estufa* (1 M€); 2.6 - *Promover a transição para uma economia circular e eficiente na utilização dos recursos* (6,3 M€); 2.7 - *Reforçar a proteção e preservação da natureza, a biodiversidade e as infraestruturas verdes, inclusive nas zonas urbanas, e reduzir todas as formas de poluição* (5,4 M€); 2.8 - *Promover a mobilidade urbana multimodal sustentável, como parte da transição para uma economia com zero emissões líquidas de carbono* (11,2 M€); e 5.1 -

⁸ Informação fornecida pela AG do PR Madeira 2030 e ainda não registada em Sistema de Informação.

Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança nas zonas urbanas (6,6 M€)⁹.

Até 31 de dezembro de 2025, foram publicados quatro avisos de operações no âmbito destes Instrumentos, com uma dotação global de 6,6 M€: três avisos para o ITI Funchal (6 M€) e um aviso para o ITI Porto Santo (680 mil€), como detalhado no quadro 10.

Quadro 10 – Avisos de operações dos ITI Urbanos da RAM abertos até 31/12/2025, por Tipologia de Intervenção

OE / Tipologia de Intervenção	N.º Avisos Operações	Dotação em aviso	% Dotação contratualizada a concurso
ITI Urbano Funchal			
1.2 Digitalização para a eficiência de serviços aos cidadãos e empresas	1	2 526 122 €	72,2%
2.8 Mobilidade Sustentável	1	2 550 000 €	27,1%
5.1 Património cultural e natural	1	875 500 €	46,1%
Total ITI Urbano Funchal	3	5 951 622 €	24,8%
ITI Urbano Porto Santo			
2.7 Conservação da natureza, biodiversidade e património natural	1	680 000 €	16,2%
Total ITI Urbano Porto Santo	1	680 000 €	6,8%
Total	4	6 631 622 €	19,5%

Fonte: Dados dos Fundos. Elaboração UPR/NIT

No período em análise, contabiliza-se a aprovação de cinco operações, todas elas integradas no ITI Urbano Funchal¹⁰.

Assim, o ITI Urbano Funchal atingiu uma taxa de aprovação de 16%, uma taxa de execução de 4% e uma taxa de realização de 23% (quadro 11).

Quadro 11 – Operações dos ITI Urbanos da RAM aprovadas até 31/12/2025, por Tipologia de Intervenção

OE / Tipologia de Intervenção	N.º operações aprovadas	Fundo Aprovado	Fundo Executado	Tx. Aprovação	Tx. Execução	Tx. Realização
ITI Urbano Funchal						
1.2 Digitalização para a eficiência de serviços aos cidadãos e empresas	3	2 607 484 €	335 686 €	74%	10%	13%
5.1 Património cultural e natural	2	1 225 612 €	544 727 €	65%	29%	44%
Total	5	3 833 097 €	880 414 €	16%	4%	23%

Fonte: AG do PR Madeira 2030. Elaboração UPR/NIT

⁹ Informação fornecida pela AG do PR Madeira 2030 e ainda não registada em Sistema de Informação.

¹⁰ Idem.

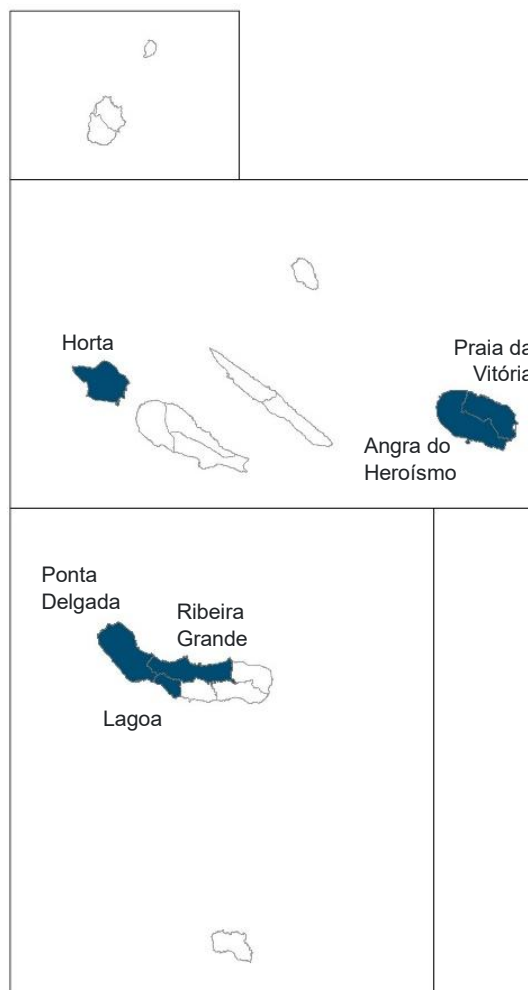
1.4. Contratos Territoriais Urbanos – Região Autónoma dos Açores



No decorrer do ano de 2025, a AG do PR Açores 2030 aprovou seis Planos de Ação no âmbito do ITI Contratos Territoriais Urbanos, perfazendo um montante global de fundo contratualizado de 13,5 M€. Os seis Planos de Ação aprovados têm correspondência direta aos municípios com maior densidade populacional, ou seja, os municípios que concentram, individualmente, pelo menos 6% da população residente da Região: Angra do Heroísmo, Horta, Lagoa, Ponta Delgada, Praia da Vitória e Ribeira Grande.

A figura 4 apresenta os territórios de incidência dos Contratos Territoriais Urbanos da Região Autónoma dos Açores (RAA).

Figura 4 – Territórios de incidência dos Contratos Territoriais Urbanos da RAA



Fonte: Dados dos Fundos. Elaboração UPR/NIT

De seguida, o quadro 12 identifica os Planos de Ação contratualizados neste Instrumento Territorial.

Quadro 12 – Planos de Ação dos Contratos Territoriais Urbanos da RAA contratualizados (31/12/2025)

PA / Município	Dotação contratualizada
Angra do Heroísmo	2 682 691 €
Horta	1 589 075 €
Lagoa	1 336 981 €
Ponta Delgada	3 335 436 €
Praia da Vitória	1 930 941 €
Ribeira Grande	2 624 876 €
Total	13 500 000 €

Fonte: Dados dos Fundos. Elaboração UPR/NIT

Do montante global contratualizado, 11 M€ (81%) foram contratualizados no âmbito do OE 5.1. - *Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança nas zonas urbanas*, enquanto os restantes 2,5 M€ (19% do total) foram contratados no âmbito do OE 2.8. - *Promover a mobilidade urbana multimodal sustentável, como parte da transição para uma economia com zero emissões líquidas de carbono*.

Até 31 de dezembro de 2025, foram publicados três avisos de operações, correspondendo à totalidade da dotação contratualizada em ambos os OE (quadro 13).

Quadro 13 – Avisos de operações dos Contratos Territoriais Urbanos da RAA abertos até 31/12/2025, por Tipologia de Intervenção

OE / Tipologia de Intervenção	N.º Avisos Operações	Dotação em aviso
2.8	1	2 500 000 €
Mobilidade Sustentável	1	2 500 000 €
5.1	2	11 075 000 €
Cidades digitais	1	1 000 000 €
Reabilitação e regeneração urbanas	1	10 000 000 €
Estudos de elaboração e conceção das estratégias territoriais (RAA)	1	75 000 €
Total	3	13 575 000 €

Fonte: Dados dos Fundos. Elaboração UPR/NIT

No período em análise, não foi aprovada qualquer operação no âmbito deste Instrumento Territorial.

Caixa 2 – Desenvolvimento Urbano Sustentável (DUS)

Para efeitos de monitorização do cumprimento da concentração temática do Desenvolvimento Urbano Sustentável (DUS), com a obrigação regulamentar de afetação de pelo menos 8% da dotação FEDER a nível nacional, contabilizam-se as dotações da contratualização dos ITI CIM¹¹/AM, dos ITI Redes Urbanas, do ITI Urbano da RAA e dos ITI Urbanos da RAM¹², conforme apresentado no quadro 14.

Quadro 14 – Monitorização DUS¹³

Abordagem territorial	OE	Dotação regional (€)							
		NORTE	CENTRO	ALENTEJO	LISBOA	ALGARVE	RAA	RAM	TOTAL
ITI CIM / AM	1.2	37 498 697 €	21 389 288 €	4 499 996 €	0 €	6 000 000 €	-	-	69 387 981 €
	1.3	64 644 162 €	87 273 578 €	32 383 252 €	0 €	0 €	-	-	184 300 992 €
	1.4	0 €	4 043 214 €	0 €	0 €	0 €	-	-	4 043 214 €
	2.1	85 000 001 €	102 223 560 €	20 799 993 €	3 500 000 €	4 000 000 €	-	-	215 523 554 €
	2.2	7 949 998 €	3 953 151 €	10 000 000 €	0 €	- €	-	-	21 903 149 €
	2.4	35 000 000 €	52 345 784 €	15 399 997 €	14 500 000 €	21 300 000 €	-	-	138 545 781 €
	2.5	184 554 373 €	95 128 238 €	97 116 696 €	0 €	37 000 000 €	-	-	413 799 307 €
	2.6	67 780 000 €	16 039 922 €	55 999 993 €	0 €	27 000 000 €	-	-	166 819 915 €
	2.7	0 €	75 189 223 €	4 999 997 €	9 800 000 €	10 000 000 €	-	-	99 989 220 €
	2.8	31 800 000 €	46 417 650 €	20 000 000 €	36 600 000 €	15 600 000 €	-	-	150 417 650 €
	4.a	32 860 000 €	15 301 256 €	10 249 998 €	0 €	0 €	-	-	58 411 254 €
	4.d	9 999 999 €	0 €	4 500 000 €	0 €	0 €	-	-	14 499 999 €
	4.k	57 504 562 €	39 260 836 €	10 999 999 €	9 000 000 €	2 800 000 €	-	-	119 565 397 €
	4.g	0 €	0 €	0 €	0 €	300 000 €	-	-	300 000 €
	4.h	40 000 000 €	0 €	0 €	6 600 000 €	0 €	-	-	46 600 000 €
	5.1	677 991 235 €	348 711 540 €	153 999 953 €	40 000 000 €	31 200 000 €	-	-	1 251 902 728 €
	Total contratado	1 332 583 027 €	907 277 242 €	440 949 872 €	120 000 000 €	155 200 000 €	-	-	2 956 010 141 €
FEDER para DUS	769 381 140 €	426 532 027 €	226 302 878 €	104 400 000 €	105 253 200 €	-	-	1 631 869 245 €	
ITI Redes Urbanas	1.2	0 €	0 €	0 €	0 €	240 000 €	-	-	240 000 €
	1.3	0 €	5 140 633 €	1 807 500 €	0 €	0 €	-	-	6 948 133 €
	2.4	0 €	2 550 000 €	204 661 €	0 €	1 293 000 €	-	-	4 047 661 €
	2.8	0 €	0 €	43 514 €	0 €	343 474 €	-	-	386 987 €
	5.1	1 038 763 €	16 309 260 €	13 844 325 €	254 031 €	6 676 035 €	-	-	38 122 415 €
Total contratado	1 038 763 €	23 999 893 €	15 900 000 €	254 031 €	8 552 508 €	-	-	49 745 196 €	
FEDER para DUS	1 038 763 €	23 999 893 €	15 900 000 €	254 031 €	8 552 508 €	-	-	49 745 196 €	
ITI Urbano RAA	2.8	-	-	-	-	-	2 500 000 €	-	2 500 000 €
	5.1	-	-	-	-	-	11 000 000 €	-	11 000 000 €
Total contratado	-	-	-	-	-	-	13 500 000 €	-	13 500 000 €
FEDER para DUS	-	-	-	-	-	-	13 500 000 €	-	13 500 000 €
ITI Urbanos RAM	1.2	-	-	-	-	-	3 500 000 €	-	3 500 000 €
	2.1	-	-	-	-	-	1 000 000 €	-	1 000 000 €
	2.6	-	-	-	-	-	6 300 000 €	-	6 300 000 €
	2.7	-	-	-	-	-	5 400 000 €	-	5 400 000 €
	2.8	-	-	-	-	-	11 200 000 €	-	11 200 000 €
5.1	-	-	-	-	-	6 600 000 €	-	6 600 000 €	
Total contratado	-	-	-	-	-	-	34 000 000 €	-	34 000 000 €
FEDER para DUS	-	-	-	-	-	-	34 000 000 €	-	34 000 000 €

Concentração temática DUS	FEDER em DUS	% FEDER
ITI CIM / AM	1 631 869 245 €	
ITI Redes Urbanas	49 745 196 €	
ITI Urbanos (R.A.)	47 500 000 €	
Referência DUS Nacional	896 458 458 €	8%
Total DUS	1 729 114 441 €	15,4%

Fonte: Dados dos Fundos. Elaboração UPR/NIT

Aos atuais 15,4% de FEDER alocado para efeitos de DUS, serão ainda acrescentados os valores das contratualizações dos ITI Redes Urbanas Intrarregionais do Norte.

¹¹ Em função da proporção da população da respetiva CIM residente em freguesias urbanas.

¹² No que se refere aos ITI Urbanos da RAM, esta informação foi disponibilizada pela AG do PR Madeira 2030 e aguarda registo em Sistema de Informação.

¹³ Os OE sombreados a salmão no ITI CIM/AM são financiados pelo FSE+.

1.5. Parcerias para a Coesão Urbana

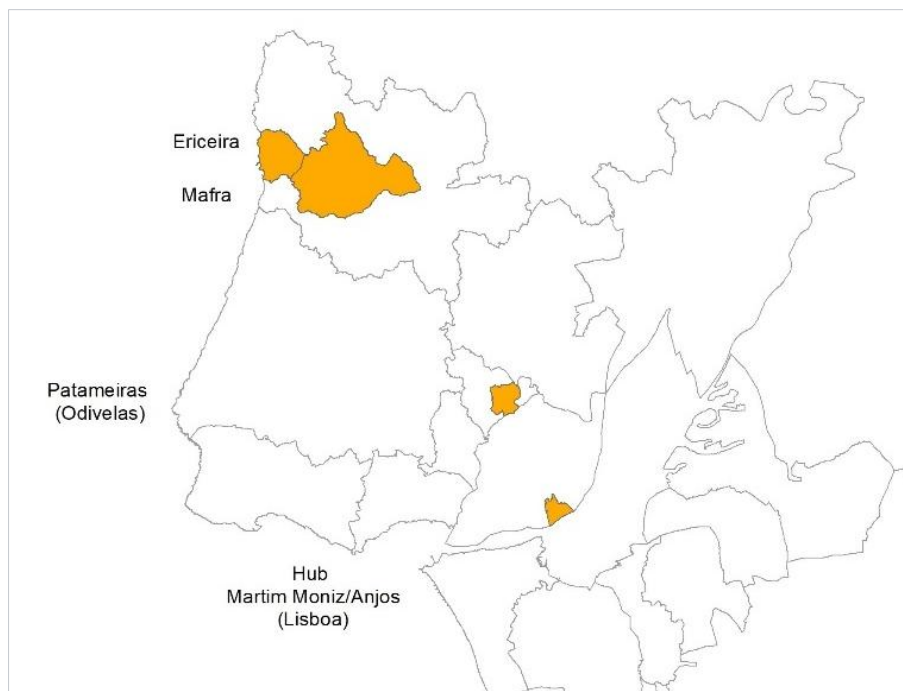


Implementadas unicamente na NUTS II da AML e mobilizando exclusivamente o OE 5.1, através da tipologia de intervenção direcionada para a Reabilitação e regeneração urbanas, as Parcerias para a Coesão Urbana assinalaram, em 2025, a aprovação e contratualização de três Planos de Ação, com uma dotação global de fundo de 3,2 M€:

- HUB de Inovação das Patameiras (HIP) – Ecossistema do Empreendedorismo de Odivelas (998 mil€);
- Parcerias para a Coesão Urbana de Mafra e Ericeira (786 mil€);
- HUB Martim Moniz-Anjos 2030 (1,4 M€).

A figura 5 apresenta os territórios de incidência das Parcerias para a Coesão Urbana aprovadas e contratualizadas.

Figura 5 – Territórios de incidência das Parcerias para a Coesão Urbana



Fonte: Dados dos Fundos. Elaboração UPR/NIT

No decorrer de 2025, foi aberto um aviso de operações com o total da dotação contratualizada no âmbito deste Instrumento.

Deste aviso resultou, até 31 de dezembro de 2025, a aprovação de duas operações: uma operação do *HUB de Inovação das Patameiras (HIP) – Ecossistema do Empreendedorismo de*

Odivelas e outra operação da *Parcerias para a Coesão Urbana de Mafra e Ericeira*. De destacar que, no período em análise, ambas as operações atingiram uma taxa de aprovação de 100%.

A nível global, a 31 de dezembro de 2025, as *Parcerias para a Coesão Urbana* contabilizavam 1,8 M€ de fundo aprovado e 300 mil€ de fundo executado, o que se traduzia numa taxa de aprovação de 56%, numa taxa de execução de 9% e numa taxa de realização de 17% (quadro 15).

Quadro 15 – Operações das Parcerias Para a Coesão Urbana aprovadas até 31/12/2025

Parceria	N.º operações aprovadas	Fundo Aprovado	Fundo Executado	Tx. Aprovação	Tx. Execução	Tx. Realização
HUB Inovação Patameiras	1	998 092 €	300 403 €	100%	30%	30%
Mafra e Ericeira	1	786 369 €	0 €	100%	0%	0%
Total Parcerias Coesão Urb.	2	1 784 461 €	300 403 €	56%	9%	17%
		Total de avisos de operações publicados		1	3 196 005 €	

Fonte: Dados dos Fundos. Elaboração UPR/NIT

Caixa 3 – New European Bauhaus (NEB)

No âmbito do *New European Bauhaus* (NEB), enquadrado enquanto condicionante na aprovação de operações no Portugal 2030¹⁴, cada país tem de reportar à Comissão Europeia uma *NEB country fiche*, que contém informação sobre todas as iniciativas que contribuem para o NEB no país.

Para apoiar a execução deste reporte nos programas da política de coesão do Portugal 2030, a Comissão Europeia apresentou uma proposta para um projeto de Assistência Técnica.

Este projeto tem como principal objetivo apoiar o Organismo Nacional de Coordenação Português, o Ponto de Contacto Nacional do NEB (em Portugal, a Agência Nacional de Inovação) e as AG dos Programas a desenvolverem um quadro e um sistema de acompanhamento para integrar os

princípios do NEB, através da execução de programas regionais para o ciclo de programação 2021-2027.

A intenção com esta Assistência Técnica é conseguir estabelecer um método de reporte para, no futuro, ser possível reportar também o que está a ser selecionado nos Programas portugueses.

Este projeto abrangerá os sete PR (Norte 2030, Centro 2030, Alentejo 2030, Algarve 2030, Lisboa 2030, Madeira 2030 e Açores 2030) e dois dos Programas Temáticos (COMPETE 2030 e SUSTENTÁVEL 2030).

No âmbito dos programas, o perito centrar-se-á nas prioridades e nos investimentos em que as AG tenham identificado a possibilidade de apoiar projetos NEB.

¹⁴ É exigido um alinhamento com o NEB em matérias como a reabilitação e regeneração urbana, a refuncionalização de equipamentos coletivos e qualificação de espaços públicos e a habitação social.

Capítulo 2. Intervenções Não Urbanas

2.1. Instrumentos Territoriais Integrados Temáticos ou Funcionais

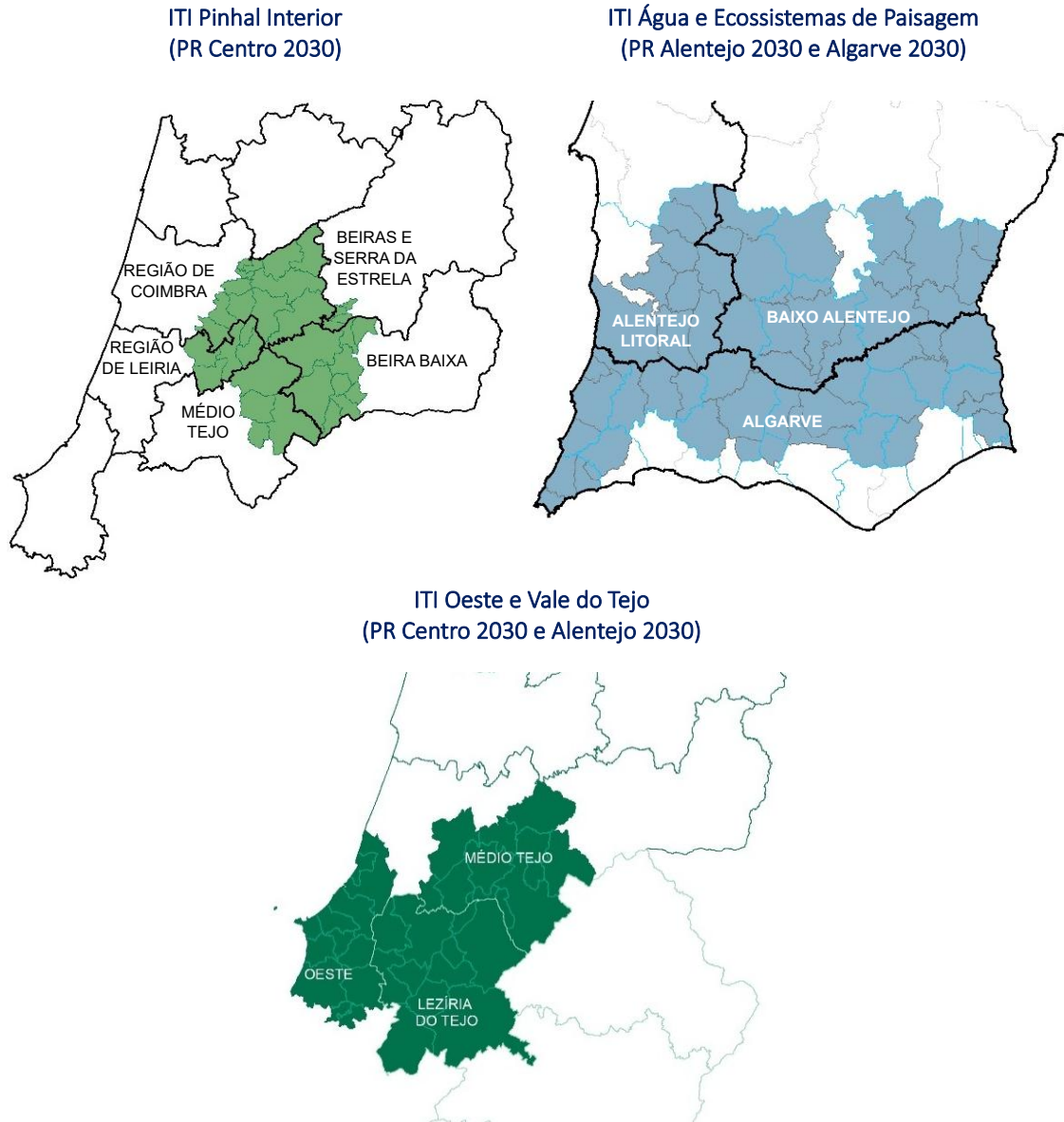


A operacionalização deste Instrumento Territorial consubstanciou-se na contratualização de três Planos de Ação:

- O **ITI Pinhal Interior (PR Centro 2030)**, com uma dotação contratualizada de 45 M€, tem como objetivo dar resposta a um território montanhoso, de muito baixa densidade, cujas fragilidades foram agravadas pelos incêndios de 2017. Pretende, assim, impulsionar a revitalização socioeconómica, focando-se na atração e retenção de pessoas e no combate ao envelhecimento populacional. Esta estratégia territorial implementa-se com base em projetos vinculativos e é concretizada por um consórcio constituído por 5 CIM (Região de Coimbra, Região de Leiria, Médio Tejo, Beiras e Serra da Estrela e Beira Baixa), cuja liderança e coordenação foi delegada na ADXTUR – Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto. Este consórcio conta ainda com diversos outros parceiros, nomeadamente os municípios da região e o IEFP, I.P.
- O **ITI Água e Ecossistemas de Paisagem (PR Alentejo 2030 e PR Algarve 2030)**, com uma dotação contratualizada de 52,8 M€, visa promover a sustentabilidade, resiliência climática e coesão territorial em torno dos recursos comuns associados à água, que têm um impacto de significativo potencial para os territórios deste ITI. Incide, ainda, nas áreas da demografia, competitividade, coesão e sustentabilidade ambiental. Implementado pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) do Algarve, I.P. (entidade líder) e pela CCDR Alentejo, I.P., esta estratégia conta ainda com uma diversidade de outros parceiros representantes de entidades da Administração Direta e Indireta desconcentrada, com foco temático no ITI, e das Associações de Desenvolvimento Local (ADL) das duas regiões.
- O **ITI Oeste e Vale do Tejo (PR Centro 2030 e PR Alentejo 2030)** foi aprovado em maio de 2025 com uma dotação contratualizada de 23,5 €. Com o objetivo de criar uma região mais coesa, competitiva e atrativa, pretende melhorar a qualidade de vida e a resiliência dos territórios, transformando a região num território aberto ao investimento. Sendo implementada com base em projetos vinculativos, esta estratégia é operacionalizada por um consórcio constituído pelas CIM da Lezíria do Tejo, do Médio Tejo e do Oeste (sendo a CIM do Oeste a entidade líder) e conta ainda com o envolvimento de outros agentes públicos e privados locais.

A figura 6 apresenta os territórios de incidência dos três ITI Temáticos/Funcionais contratualizados.

Figura 6 – Territórios de incidência dos ITI Temáticos/Funcionais¹⁵



Fonte: Dados dos Fundos. Elaboração UPR/NIT

Ainda ao nível da contratualização, o quadro 16 detalha os OE mobilizados nestes três ITI Temáticos/Funcionais.

¹⁵ Para informações mais detalhadas sobre a área abrangida em cada Instrumento, consultar o capítulo 2.2.1. do [1º Relatório Anual de Acompanhamento dos Instrumentos Territoriais do PT2030](#).

Quadro 16 – Objetivos específicos contratualizados por ITI Temático/Funcional

OE / ITI	ITI Pinhal Interior	ITI Água e Ecossistemas de Paisagem	ITI Oeste e Vale do Tejo	Total
1.1 Desenvolver e reforçar as capacidades de investigação e inovação e a adoção de tecnologias avançadas		7 000 000 €		7 000 000 €
1.2 Aproveitar as vantagens da digitalização para os cidadãos, as empresas, os organismos de investigação e as autoridades públicas			5 500 000 €	5 500 000 €
1.3 Reforçar o crescimento sustentável e a competitividade das PME, bem como a criação de emprego nas PME, inclusive através de investimentos produtivos	16 000 000 €	1 000 000 €	6 000 000 €	23 000 000 €
1.4 Desenvolver competências para a especialização inteligente, a transição industrial e o empreendedorismo	5 000 000 €	1 000 000 €		6 000 000 €
Total OP1	21 000 000 €	9 000 000 €	11 500 000 €	41 500 000 €
2.4 Promover a adaptação às alterações climáticas, a prevenção dos riscos de catástrofe e a resiliência, tendo em conta abordagens baseadas em ecossistemas		19 500 000 €		19 500 000 €
2.6 Promover a transição para uma economia circular e eficiente na utilização dos recursos		3 000 000 €		3 000 000 €
2.7 Reforçar a proteção e preservação da natureza, a biodiversidade e as infraestruturas verdes, inclusive nas zonas urbanas, e reduzir todas as formas de poluição		10 500 000 €	4 000 000 €	14 500 000 €
Total OP2	0 €	33 000 000 €	4 000 000 €	37 000 000 €
4.1 Melhorar o acesso ao emprego e a medidas de ativação de todos os candidatos a emprego, em especial os jovens, sobretudo através da implementação da Garantia para a Juventude, dos desempregados de longa duração e grupos desfavorecidos no mercado de trabalho, e das pessoas inativas, bem como promover o emprego por conta própria e a economia social	10 000 000 €			10 000 000 €
5.2 Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo a nível local, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança nas zonas não urbanas	14 000 000 €	10 800 000 €	8 000 000 €	32 800 000 €
Total ITI Temáticos/Funcionais	45 000 000 €	52 800 000 €	23 500 000 €	121 300 000 €

Fonte: Dados dos Fundos. Elaboração UPR/NIT

De uma forma global, até 31 de dezembro de 2025, foram abertos 23 avisos de operações no âmbito dos ITI Temáticos/Funcionais, correspondendo a uma dotação total de fundo de 65,1 M€. Neste contexto, foram aprovadas 54 operações, traduzindo-se num fundo aprovado de 18,6 M€ e num fundo executado de 3,1 M€. Assim, nesta data, este Instrumento registou taxas globais de aprovação de 15%, de execução de 3% e de realização de 16%.

No caso do ITI Pinhal Interior, até 31 de dezembro de 2025 foram abertos 12 avisos de operações com uma dotação indicativa de 32,1 M€. Esta dotação distribuiu-se por quatro OE, destacando-se o OE 1.3 na tipologia dirigida às Infraestruturas de acolhimento empresarial de nova geração, que concentrou mais de metade da dotação total colocada a concurso (quadro 17).

Quadro 17 – Avisos de operações do ITI Pinhal Interior abertos até 31/12/2025, por Tipologia de Intervenção

OE / Tipologia de Intervenção	N.º Avisos Operações	Dotação em aviso	% Dotação contratualizada a concurso
1.3	2	17 544 611 €	109,7%
Infraestruturas de acolhimento empresarial de nova geração	2	17 544 611 €	146,2%
1.4	2	2 700 000 €	54,0%
Redes e capacitação institucional RIS3	2	2 700 000 €	54,0%
4.1	3	6 660 000 €	66,6%
Apoio ao emprego e empreendedorismo	3	6 660 000 €	66,6%
5.2	5	5 200 000 €	37,1%
Estratégias de marketing e dinamização territorial	2	2 500 000 €	100,0%
Ações inovadoras para responder ao desafio demográfico	2	2 300 000 €	88,5%
Valorização de recursos territoriais	1	400 000 €	4,5%
Total ITI Pinhal Interior	12	32 104 611 €	71,3%

Fonte: Dados dos Fundos. Elaboração UPR/NIT

Resultado da abertura destes avisos, contabilizou-se, no mesmo período, a aprovação de 52 operações, correspondendo a um fundo aprovado de 17,9 M€ e a um fundo executado de 3,1 M€. Desta forma, o ITI Pinhal Interior registou uma taxa de aprovação de 40%, uma taxa de execução de 7% e uma taxa de realização de 17% (quadro 18).

Neste contexto, destaca-se a tipologia das Infraestruturas de acolhimento empresarial de nova geração (OE 1.3), que apresenta níveis de execução e realização bastante superiores à média. Por sua vez, a tipologia do Apoio ao emprego e empreendedorismo (OE 4.1) evidencia-se pelo maior número de operações aprovadas e uma taxa de aprovação superior a 90%.

Quadro 18 – Operações do ITI Pinhal Interior aprovadas até 31/12/2025, por Tipologia de Intervenção

OE / Tipologia de Intervenção	N.º operações aprovadas	Fundo Aprovado	Fundo Executado	Tx. Aprovação	Tx. Execução	Tx. Realização
1.3	5	5 179 333 €	2 856 917 €	32%	18%	55%
Infraestruturas de acolhimento empresarial de nova geração	5	5 179 333 €	2 856 917 €	43%	24%	55%
1.4	2	2 382 775 €	0 €	48%	0%	0%
Redes e capacitação institucional RIS3	2	2 382 775 €	0 €	48%	0%	0%
4.1	43	9 095 194 €	7 395 €	91%	0%	0%
Apoio ao emprego e empreendedorismo	43	9 095 194 €	7 395 €	91%	0%	0%
5.2	2	1 287 777 €	193 076 €	9%	1%	15%
Estratégias de marketing e dinamização territorial	1	891 971 €	193 076 €	36%	8%	22%
Valorização de recursos territoriais	1	395 806 €	0 €	4%	0%	0%
Total ITI Pinhal Interior	52	17 945 078 €	3 057 388 €	40%	7%	17%

Fonte: Dados dos Fundos. Elaboração UPR/NIT

Já no caso do ITI Água e Ecossistemas de Paisagem, foram publicados, até 31 de dezembro de 2025, 11 avisos de operações com uma dotação indicativa de 33 M€. A dotação destes avisos distribuiu-se por quatro OE, destacando-se os OE 2.4 (nas tipologias de Adaptação às alterações climáticas e Gestão de Recursos Hídricos) e 2.7 (na tipologia de apoio à Conservação da natureza, biodiversidade e património natural) que, em conjunto, correspondem à quase totalidade da dotação colocada a concurso (quadro 19).

Quadro 19 – Avisos de operações do ITI Água e Ecossistemas de Paisagem abertos até 31/12/2025, por PR e Tipologia de Intervenção

OE / Tipologia de Intervenção	Alentejo 2030	Algarve 2030	Total	% Dotação contratualizada a concurso
1.1		2 000 000 €	2 000 000 €	28,6%
Investigação científica e tecnológica		2 000 000 €	2 000 000 €	50,0%
2.4	6 000 000 €	13 500 000 €	19 500 000 €	100,0%
Adaptação às alterações climáticas	2 700 000 €	5 500 000 €	8 200 000 €	100,0%
Gestão de Recursos Hídricos	3 300 000 €	8 000 000 €	11 300 000 €	100,0%
2.7	500 000 €	10 000 000 €	10 500 000 €	100,0%
Conservação da natureza, biodiversidade e património natural	500 000 €	10 000 000 €	10 500 000 €	100,0%
5.2	500 000 €	500 000 €	1 000 000 €	9,3%
Capacitação de atores e redes	500 000 €	500 000 €	1 000 000 €	40,0%
Total ITI Água e Ecossistemas de Paisagem	7 000 000 €	26 000 000 €	33 000 000 €	62,5%
Total de avisos de operações abertos	6	5	11	

Fonte: Dados dos Fundos. Elaboração UPR/NIT

No mesmo período, ao abrigo destes avisos, foram aprovadas duas operações no âmbito da Gestão de recursos hídricos (OE 2.4), uma do PR Alentejo 2030 e uma do PR Algarve 2030 (quadro 20).

Desta forma, tanto este ITI no seu global, como os PR do Alentejo 2030 e do Algarve 2030, registavam, a 31 de dezembro de 2025, taxas de aprovação de 1%.

Quadro 20 – Operações do ITI Água e Ecossistemas de Paisagem aprovadas até 31/12/2025, por PR e Tipologia de Intervenção

Programa OE / Tipologia de Intervenção	N.º Operações aprovadas	Fundo Aprovado	Fundo Executado	Tx. Aprovação	Tx. Execução	Tx. Realização
Alentejo 2030	1	174 930 €	0 €	1%	0%	0%
2.4 Gestão de Recursos Hídricos	1	174 930 €	0 €	5%	0%	0%
Algarve 2030	1	438 000 €	0 €	1%	0%	0%
2.4 Gestão de Recursos Hídricos	1	438 000 €	0 €	5%	0%	0%
Total ITI Água e Ecos. Paisagem	2	612 930 €	0 €	1%	0%	0%

Fonte: Dados dos Fundos. Elaboração UPR/NIT

No que se refere ao ITI Oeste e Vale do Tejo, não foi publicado qualquer aviso de operação no período em análise.

2.2. Programa de Valorização Económica dos Recursos Endógenos (PROVERE)



Durante o ano de 2025, a contratualização deste Instrumento foi concluída no PR Centro 2030 e no PR Algarve 2030, para além do PR Alentejo 2030, cujos Planos de Ação haviam sido aprovados em 2024.

Relativamente ao PR Alentejo 2030, foram aprovados sete Planos de Ação, com uma dotação global de 7 M€, mobilizando o OE 1.3 - *Reforçar o crescimento sustentável e a competitividade das PME, bem como a criação de emprego nas PME, inclusive através de investimentos produtivos* e o OE 5.2 - *Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo a nível local, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança nas zonas não urbanas*.

No PR Centro 2030, foram aprovados nove Planos de Ação, com uma dotação global de 27,2 M€. Estes Planos de Ação mobilizam, à semelhança do PR Alentejo 2030, o OE 1.3 e o OE 5.2, mobilizando ainda o OE 1.4 - *Desenvolver competências para a especialização inteligente, a transição industrial e o empreendedorismo*.

Já no que se refere ao PR Algarve 2030, foi aprovado um Plano de Ação com uma dotação de 27,2 M€, mobilizando, além do OE 5.2, o OE 2.7 - *Reforçar a proteção e preservação da natureza, a biodiversidade e as infraestruturas verdes, inclusive nas zonas urbanas, e reduzir todas as formas de poluição*.

No caso do PR Norte 2030, foi publicado a 26 de março de 2025 o aviso convite NORTE2030-IT_PROVERE-2025-10 (encerrado a 10 de outubro de 2025) destinado ao reconhecimento das estratégias PROVERE, ao qual foram submetidas cinco candidaturas. A operacionalização deste Instrumento será concretizada no decorrer do ano de 2026.

No seguimento deste enquadramento, o quadro 21 detalha os PROVERE e respetivos Planos de Ação aprovados e contratualizados até ao final de 2025, por PR.

Quadro 21 – Planos de Ação dos PROVERE contratualizados até 31/12/2025, por PR

PR / PROVERE	N.º PA aprovados	Dotação contratualizada
Alentejo	7	6 950 000 €
Território Regenerativo: Agrofloresta Multifuncional	1	1 500 000 €
+ Serra D'Ossa "Recursos Naturais e Ecossistema"	1	550 000 €
ID Sudoeste - Rota Vicentina	1	900 000 €
Guardiões Alentejo – Ação Climática para a valorização do recurso endógeno Ecossistema Ambiental	1	750 000 €
Montado de Sobro e Cortiça Um Território Coletivo a Valorizar	1	850 000 €
Alqueva + Inovador - Valorização do Recurso Endógeno “Água-Alqueva”	1	1 200 000 €
ENOTUR - Enoturismo do Alentejo e Ribatejo	1	1 200 000 €
Centro	9	19 499 735 €
Rede Aldeias Históricas de Portugal Eficiente e Sustentável	1	3 000 000 €
Rede Aldeias do Xisto 2030	1	3 000 000 €
Portugal Romano – Programa de Valorização Económica do Património Romano da Região Centro	1	1 500 000 €
Aldeias de Montanha 2030	1	2 250 000 €
Queijos do Centro de Portugal	1	2 249 822 €
Fileira dos Vinhos das Regiões Vitivinícolas da Região Centro	1	2 249 913 €
Agenda para a Valorização dos Territórios Termais do Centro	1	1 500 000 €
Náutica do Centro de Portugal	1	1 500 000 €
Explore: iNature & Center Geoparks 2030	1	2 250 000 €
Algarve	1	27 200 000 €
Plano de Ação de Desenvolvimento de Recursos Endógenos 2025–2027 (PADRE II)	1	27 200 000 €
Total PROVERE	17	53 649 735 €

Fonte: Dados dos Fundos. Elaboração UPR/NIT

Em termos operacionais, até 31 de dezembro de 2025 foram abertos 12 avisos de operações com uma dotação indicativa de 46,9 M€.

Estes avisos resultaram na aprovação de 30 operações, o que se traduziu numa taxa de aprovação de 31%, numa taxa de execução de 12% e numa taxa de realização de 38%.

No caso dos PROVERE do PR Alentejo 2030, foram abertos quatro avisos de operações com uma dotação indicativa de 6,3 M€, com particular destaque para a tipologia relativa à Capacitação de atores e redes (OE 5.2) que absorveu mais de metade da dotação total colocada a concurso (quadro 22).

Quadro 22 – Avisos de operações dos PROVERE do PR Alentejo 2030 abertos até 31/12/2025, por Tipologia de Intervenção

OE / Tipologia de Intervenção	N.º Avisos Operações	Dotação em aviso	% Dotação contratualizada a concurso
1.3	2	400 000 €	80,0%
Qualificação e internacionalização das empresas	2	400 000 €	112,0%
5.2	2	5 885 660 €	91,3%
Capacitação de atores e redes	1	3 754 202 €	104,2%
Estratégias de marketing e dinamização territorial	1	2 131 459 €	100,0%
Total PROVERE Alentejo	4	6 285 660 €	90,4%

Fonte: Dados dos Fundos. Elaboração UPR/NIT

Já no que se refere aos PROVERE do PR Centro 2030, foram abertos dois avisos de operações com uma dotação indicativa de 13,5 M€, destacando-se a tipologia das Estratégias de marketing e dinamização territorial (OE 5.2) com a maioria da dotação colocada a concurso (quadro 23).

Quadro 23 – Avisos de operações dos PROVERE do PR Centro 2030 abertos até 31/12/2025, por Tipologia de Intervenção

OE / Tipologia de Intervenção	N.º Avisos Operações	Dotação em aviso	% Dotação contratualizada a concurso
5.2	2	13 500 000 €	103,8%
Capacitação de atores e redes	1	4 200 000 €	101,6%
Estratégias de marketing e dinamização territorial	1	9 300 000 €	104,9%
Total PROVERE Centro	2	13 500 000 €	69,2%

Fonte: Dados dos Fundos. Elaboração UPR/NIT

No caso do PROVERE/PADRE II¹⁶ do Algarve 2030, até 31 de dezembro de 2025 foram abertos seis avisos de operações com uma dotação indicativa de 27 148 975€, onde se destaca a Conservação da natureza, biodiversidade e património natural (OE 2.7), que representa o maior montante de fundo a concurso (quadro 24).

De salientar os três avisos de operações no âmbito da tipologia da Valorização de recursos territoriais referentes a operações faseadas do PT2020, isto é, operações que se iniciaram no quadro comunitário anterior e, não tendo sido finalizadas, transitaram para o presente período de programação para serem concluídas.

¹⁶ Plano de Ação de Desenvolvimento dos Recursos Endógenos.

Quadro 24 – Avisos de operações do PROVERE do PR Algarve 2030 abertos até 31/12/2025, por Tipologia de Intervenção

OE / Tipologia de Intervenção	N.º Avisos Operações	Dos quais de operações faseadas do PT2020	Dotação em aviso	% Dotação contratualizada a concurso
2.1 Eficiência energética na AP Regional e Local	1	-	7 000 000 €	100,0%
2.7 Conservação da natureza, biodiversidade e património natural	1	-	10 500 000 €	190,9%
5.2 Valorização de recursos territoriais	4	3	9 648 975 €	83,9%
Total PROVERE Algarve	6	3	27 148 975 €	99,8%

Fonte: Dados dos Fundos. Elaboração UPR/NIT

No conjunto deste Instrumento Territorial, até 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas 30 operações, todas integradas no OE 5.2. Com um fundo aprovado de 16,4 M€ e um fundo executado de 6,2 M€, os PROVERE atingiram uma taxa de aprovação de 31%, uma taxa de execução de 12% e uma taxa de realização de 38% (quadro 25).

A nível regional, destaca-se o PR Alentejo 2030 com o maior número de operações aprovadas e uma taxa de aprovação de 69%, significativamente superior à média. Já o PR Centro 2030 destaca-se com uma taxa de execução superior à média e tanto o PR Centro 2030 como o PR Algarve 2030 registam taxas de realização acima dos 50%.

Quadro 25 – Operações dos PROVERE aprovadas até 31/12/2025, por PR e Tipologia de Intervenção

PR OE / Tipologia de Intervenção	N.º operações aprovadas	Das quais faseadas PT2020	Fundo Aprovado	Fundo Executado	Tx. Aprovação	Tx. Execução	Tx. Realização
Centro 2030	5	-	5 179 333 €	2 856 917 €	27%	15%	55%
5.2 Capacitação de atores e redes	5	-	5 179 333 €	2 856 917 €	125%	69%	55%
Alentejo 2030	21	-	4 782 010 €	0 €	69%	0%	0%
5.2 Capacitação de atores e redes	7	-	2 548 271 €	0 €	71%	0%	0%
Estratégias de marketing e dinamização territorial	14	-	2 233 739 €	0 €	105%	0%	0%
Algarve 2030	4	3	6 446 388 €	3 356 406 €	24%	12%	52%
5.2 Valorização de recursos territoriais	4	3	6 446 388 €	3 356 406 €	56%	29%	52%
Total PROVERE	30	3	16 407 732 €	6 213 323 €	31%	12%	38%

Fonte: Dados dos Fundos. Elaboração UPR/NIT

2.3. Parcerias para a Coesão não Urbana



No decorrer de 2025, as Parcerias para a Coesão não Urbana, mobilizadas exclusivamente através do OE 5.2, foram implementadas no PR Alentejo 2030, através da contratualização de 14 Planos de Ação com uma dotação global de 8,8 M€ (quadro 26).

Quadro 26 – Parcerias para a Coesão não Urbana contratualizadas até 31/12/2025

Parceria	Líder da Parceria	Dotação contratualizada
Alentejo 2030		
Academia Rural Colaborativa	Associação Terra Sintrópica	750 000 €
AE - Acessibilidade e Energia para Tod@s	CIM Baixo Alentejo	570 000 €
Alto Alentejo em Circuito Curto: cultivar a sustentabilidade e a coesão em meio rural	ADER-AL - Associação para o desenvolvimento em espaço rural do Norte Alentejo	534 650 €
CAL - Cultura e Animação Local	Terras Dentro – Associação Para o Desenvolvimento Integrado	735 000 €
ISTO - Inovação e Sustentabilidade no Território de Odemira	Município de Odemira	750 000 €
MIN'ARTE - Territórios mineiros da Faixa Piritosa Ibérica com legado histórico e a arte de construir em comunidade um futuro sustentável, inclusivo e belo	Município de Mértola	750 000 €
O LOCAL + PRÓXIMO	Monte-ACE Desenvolvimento Alentejo Central	563 707 €
Parceria para a Coesão Não Urbana do Alto Alentejo	CIM Alto Alentejo	513 000 €
Plano de Desenvolvimento Local para a BIOMEG	Rota do Guadiana – Associação de Desenvolvimento Integrado	526 521 €
PONTES DE SABERES - Plano de Desenvolvimento Local e Comunitário	Município de Portalegre	595 000 €
Rede Regeneração do Rio Mira (ReMIRA)	Project Earth	600 000 €
SMEA-SAS Montemor - novas ruralidades em experimentação	Município de Montemor-o-Novo	749 226 €
TerrAlimenta 2.0 - A alimentação como ferramenta estratégica para a coesão, cooperação e sustentabilidade do território	ESDIME – Agência Para o Desenvolvimento Local no Alentejo Sudoeste	705 000 €
Territórios em Rede: Cooperação para a Sustentabilidade e Bem-estar no Litoral Alentejano	ADL – Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano	498 706 €
Total		8 840 810 €

Fonte: Dados dos Fundos. Elaboração UPR/NIT

Os 14 PA contratualizados neste Instrumento mobilizaram as seguintes TI: Ações inovadoras para responder ao desafio demográfico; Capacitação de atores e redes; Estratégias de marketing e dinamização territorial; e Valorização de recursos territoriais.

Até 31 de dezembro de 2025, foi publicado um aviso de operações, integrado na tipologia da Capacitação de atores e redes, com uma dotação indicativa de 1,9 M€. Deste aviso resultou, no mesmo período, a aprovação de 14 operações, integradas em 12 das 14 Parcerias contratualizadas.

Com um fundo aprovado de 1,9 M€, este Instrumento atingiu, no período em análise, uma taxa de aprovação de 22%. Até final de 2025, nenhuma das operações apresentava execução (quadro 27).

Quadro 27 – Operações das Parcerias para a Coesão não Urbana aprovadas até 31/12/2025, por Tipologia de Intervenção

OE / Tipologia de Intervenção	N.º operações aprovadas	Fundo Aprovado	Fundo Executado	Tx. Aprovação
5.2 Capacitação de atores e redes	14	1 918 653 €	0 €	50%
Total Parcerias Coesão não Urbana	14	1 918 653 €	0 €	22%
Total de avisos de operações publicados		1	1 937 672 €	

Fonte: Dados dos Fundos. Elaboração UPR/NIT

A nível global, apesar de até 31 de dezembro de 2025 apenas existirem operações aprovadas no âmbito de uma das TI contratualizadas, as taxas de aprovação das 12 Parcerias com operações aprovadas refletem já o peso do fundo aprovado face à dotação global contratualizada de cada Parceria. Neste contexto, destacam-se as Parcerias da BIOMEG e do O LOCAL + PRÓXIMO, que evidenciam as taxas de aprovação mais elevadas, de 52% e 41%, respetivamente (quadro 28).

Quadro 28 – Operações das Parcerias para a Coesão não Urbana aprovadas até 31/12/2025, por Parceria

Parceria	N.º operações aprovadas	Fundo Aprovado	Fundo Executado	Tx. Aprovação
Alto Alentejo em Circuito Curto	1	130 050 €	0 €	24%
Academia Rural Colaborativa	1	179 978 €	0 €	24%
Acessibilidade e Energia para Tod@s	1	179 977 €	0 €	32%
BIOMEG	2	275 188 €	0 €	52%
MIN'ARTE	1	42 840 €	0 €	6%
O LOCAL + PRÓXIMO	2	230 570 €	0 €	41%
Parcerias do Alto Alentejo	1	180 000 €	0 €	35%
PONTES DE SABERES	1	170 850 €	0 €	29%
Rede Regeneração do Rio Mira	1	92 700 €	0 €	15%
SMEA-SAS Montemor	1	76 500 €	0 €	10%
TerrAlimenta 2.0	1	180 000 €	0 €	26%
Territórios em Rede: Litoral Alentejano	1	180 000 €	0 €	36%
Total Parcerias Coesão não Urbana	14	1 918 653 €	0 €	22%

Fonte: Dados dos Fundos. Elaboração UPR/NIT

No caso do PR Centro 2030, cuja programação também prevê a mobilização deste Instrumento, a operacionalização será concretizada no decorrer do ano de 2026.

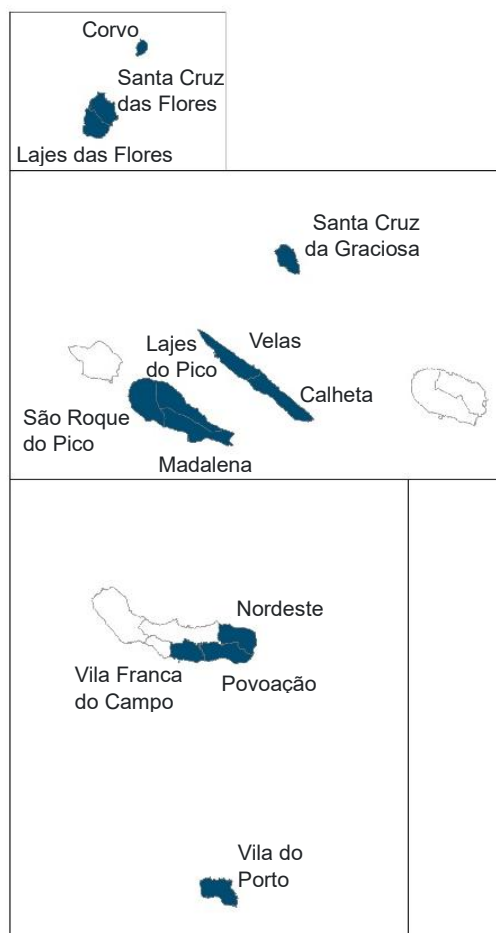
2.4. Contratos Territoriais Rurais – Região Autónoma dos Açores



No decorrer do ano de 2025, a AG do PR Açores 2030 aprovou 13 Planos de Ação no âmbito dos Contratos Territoriais Rurais, perfazendo um montante global de fundo contratualizado de 27,6 M€, mobilizando exclusivamente o OE 5.2 *Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo a nível local, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança nas zonas não urbanas*. Os Planos de Ação aprovados têm correspondência direta aos municípios com baixa densidade populacional, ou seja, os municípios que concentram, individualmente, menos de 6% da população residente da Região: Vila do Corvo (Corvo), Santa Cruz da Graciosa (Graciosa), Santa Cruz das Flores e Lajes das Flores (Flores), Vila do Porto (Santa Maria), Calheta e Velas (São Jorge), Lajes do Pico, São Roque do Pico e Madalena (Pico) e Nordeste, Povoação e Vila Franca do Campo (São Miguel).

A figura 7 detalha os territórios de incidência dos Contratos Territoriais Rurais na RAA.

Figura 7 – Territórios de incidência dos Contratos Territoriais Rurais da RAA



Fonte: Dados dos Fundos. Elaboração UPR/NIT

De seguida, o quadro 29 apresenta os Planos de Ação contratualizados neste Instrumento.

Quadro 29 – Planos de Ação dos Contratos Territoriais Rurais da RAA contratualizados (31/12/2025)

PA / Município	Dotação contratualizada
Calheta - S. Jorge	1 944 343 €
Lajes das Flores	1 558 377 €
Lajes do Pico	2 204 578 €
Madalena	2 314 709 €
Nordeste	2 462 432 €
Povoação	2 370 422 €
Santa Cruz da Graciosa	4 172 011 €
Santa Cruz das Flores	1 333 865 €
São Roque do Pico	1 759 414 €
Velas	2 213 819 €
Vila do Corvo	880 635 €
Vila do Porto	2 019 980 €
Vila Franca do Campo	2 356 382 €
Total	27 590 968 €

Fonte: Dados dos Fundos. Elaboração UPR/NIT

Até 31 de dezembro de 2025, foram publicados dois avisos de operações no âmbito deste Instrumento Territorial, com uma dotação de 25,1 M€ (quadro 30).

Quadro 30 – Avisos de operações dos Contratos Territoriais Rurais da RAA abertos até 31/12/2025, por Tipologia de Intervenção

OE / Tipologia de Intervenção	N.º Avisos Operações	Dotação em aviso
5.2	2	25 075 000 €
Reabilitação e regeneração de espaços públicos na RAA	1	25 000 000 €
Estratégias de marketing e dinamização territorial	1	75 000 €
Total	2	25 075 000 €

Fonte: Dados dos Fundos. Elaboração UPR/NIT

No período em análise, não foi aprovada qualquer operação no âmbito deste Instrumento Territorial.

2.5. Desenvolvimento Local de Base Comunitária



No âmbito da programação do MAR 2030, foi mobilizada a prioridade 3 do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura (FEAMPA), sendo o seu financiamento concretizado através de duas tipologias de ação: *Apoio ao funcionamento e animação das estratégias de desenvolvimento local* e *Execução das estratégias de desenvolvimento local*.

Para a seleção das Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL) e reconhecimento dos Grupos de Ação Local (GAL) foi aberto, a 28 de outubro de 2022, um aviso de âmbito nacional (incluindo os territórios do Continente e das Regiões Autónomas), tendo a análise sido desenvolvida por uma Comissão de Avaliação e Seleção constituída para esta finalidade¹⁷. O processo de operacionalização desta abordagem foi o seguinte:

1. Aviso para a seleção das EDL e reconhecimento de GAL: publicado em 28 de outubro de 2022 e prorrogado em 9 de janeiro de 2023;
2. Submissão de candidaturas: de 31 de outubro de 2022 a 31 de janeiro de 2023;
3. Decisão final: 30 de junho de 2023;
4. Abertura de aviso para o funcionamento de GAL: publicado a 31 de outubro de 2023;
5. Assinatura de contratos de articulação funcional: dezembro de 2024.

Foram submetidas 17 propostas, tendo sido aprovadas 12 no Continente, três na RAA e uma na RAM, o que se traduziu numa ampla cobertura territorial (figura 8).

Figura 8 – Distribuição territorial dos GAL selecionados no DLBC



Fonte: AG do MAR 2030

¹⁷ Que incluiu as Direções Regionais de Agricultura e Pescas e a AG do MAR 2030, incluindo as respetivas coordenações regionais nas Regiões Autónomas. Foi ainda recolhido o parecer das CCDR, I.P.

De destacar que o reconhecimento da EDL e GAL na RAM foi concretizada pela primeira vez no MAR 2030, sendo inexistente nos anteriores períodos de programação. Este alargamento da cobertura territorial constitui um sinal claro do reconhecimento da importância desta abordagem no âmbito do sector das pescas.

A contratualização da tipologia Execução das estratégias de desenvolvimento local, integrada no OE 3.1 *Permitir o desenvolvimento de uma economia azul sustentável nas regiões costeiras, insulares e interiores e fomentar o desenvolvimento sustentável das comunidades da pesca e da aquicultura*, traduziu-se num montante aprovado de 27 M€ para os 17 GAL (quadro 31).

Quadro 31 – Dotação contratualizada no Objetivo Específico 3.1 para a tipologia Execução das estratégias de desenvolvimento local no DLBC, por GAL

Grupo de Ação Local	Dotação aprovada para a EDL
Continente	
Litoral Norte	1 770 382 €
Litoral Rural	2 383 860 €
Douro Atlântico	2 291 643 €
Região de Aveiro	2 258 442 €
Mondego Mar 2030	1 503 568 €
Oeste Costeiro	1 803 056 €
A2S	2 174 909 €
ADAE MAR 2030	1 362 692 €
ADREPES Costeiro	2 516 782 €
Litoral alentejano	1 414 858 €
Barlavento do Algarve	2 164 218 €
Sotavento do Algarve	2 415 589 €
Região Autónoma dos Açores	
Mar Açores Oriental	1 211 830 €
Grater Mar	790 823 €
Adeliaçor Mar	737 348 €
Região Autónoma da Madeira	
Madeira	200 000 €
Total DLBC	27 000 000 €

Fonte: AG do MAR 2030. Elaboração UPR/NIT

De salientar que grande parte dos GAL selecionados já tinha obtido tal reconhecimento no anterior programa (MAR 2020) e uma boa parte assume também função análoga nos fundos dedicados à agricultura.

Tendo em vista o empoderamento dos GAL na execução das EDL, a AG propôs e a CIC homologou a delegação de funções da AG nos GAL inerente à realização de verificações de gestão subjacentes aos pedidos de pagamento.

Uma vez reconhecidos os GAL e aprovados os critérios de seleção das operações pelo Comité de Acompanhamento do programa, criados sob proposta dos GAL, os mesmos deram início à abertura de avisos para apresentação das candidaturas. Até 31 de dezembro de 2025, foram abertos 89 avisos de operações¹⁸ (quadro 32).

Quadro 32 – Avisos de operações do DLBC abertos até 31/12/2025, por natureza do aviso

Natureza do aviso	N.º Avisos Operações	Dotação em aviso (FEAMPA)
Concurso	63	19 334 310 €
Convite	26	10 453 339 €
Total	89	29 787 649 €

Fonte: AG do MAR 2030. Elaboração UPR/NIT

Até 31 de dezembro de 2025, foram aprovadas 135 operações, que se traduziram num montante global aprovado de 10,8 M€ e executado de 843 mil€ (quadro 33). Em termos globais a dotação comprometida correspondia, no final de 2025, a 40% da dotação contratualizada, ainda que duas EDL não apresentassem ainda qualquer operação aprovada.

O referido nível global de aprovação, queda-se abaixo do nível de compromisso que o programa registava à mesma data (54,46%). Quase inevitavelmente tal reflete-se na execução que, em final do ano, era de 19% no programa e, em termos globais, era de 3% da dotação programada nas EDL. Se analisarmos ainda a taxa de realização das operações aprovadas, o desfasamento é ainda maior registando esta medida uma taxa de realização de 8% face aos 68% registados, à mesma data, no programa. Contudo, o programa compreende tipos de ação muito diferentes que encerram tempos de concretização muito diversos.

¹⁸ Todos os avisos são abertos no Balcão dos Fundos e integram o Plano de Avisos do programa e do PT 2030, publicitado no site do programa.

Quadro 33 – Operações do DLBC aprovadas até 31/12/2025, por GAL

GAL	Operações aprovadas	Fundo Aprovado	Fundo Executado	Tx. Compromisso	Tx. Execução	Tx. Realização
Litoral Norte	0	0 €	0 €	0%	0%	0%
Litoral Rural	5	487 905 €	0 €	20%	0%	0%
Douro Atlântico	6	534 401 €	0 €	23%	0%	0%
Região de Aveiro	22	1 904 597 €	0 €	84%	0%	0%
Mondego Mar 2030	6	767 328 €	243 513 €	51%	16%	32%
Oeste Costeiro	26	1 228 838 €	101 255 €	68%	6%	8%
A2S	8	1 223 208 €	22 582 €	56%	1%	2%
ADAE MAR 2030	3	223 283 €	0 €	16%	0%	0%
ADREPES Costeiro	8	1 056 952 €	359 640 €	42%	14%	34%
Litoral alentejano	11	801 960 €	0 €	57%	0%	0%
Barlavento do Algarve	1	349 972 €	0 €	16%	0%	0%
Sotavento do Algarve	4	719 081 €	81 231 €	30%	3%	11%
Mar Açores Oriental	20	938 050 €	0 €	77%	0%	0%
Grater Mar	9	475 986 €	0 €	60%	0%	0%
Adeliçor Mar	0	0 €	0 €	0%	0%	0%
Madeira	6	132 254 €	35 727 €	66%	18%	27%
Total	135	10 843 813 €	843 949 €	40%	3%	8%

Fonte: AG do MAR 2030. Elaboração UPR/NIT

Capítulo 3. Fundo para uma Transição Justa

No âmbito dos Planos Territoriais para uma Transição Justa (PTTJ) em implementação em Portugal, foram publicados, até final do ano de 2025, 25 avisos de operações, correspondendo a uma dotação global de 189,3 M€ (quadro 34).

No caso do PR Norte 2030, foram publicados nove avisos com uma dotação global de 54 M€ (90,2% da dotação programada). Destacam-se as tipologias relacionadas com a Infraestrutura tecnológica e com a Mobilidade Sustentável que, em conjunto, absorveram a maioria da dotação total a concurso.

No caso do PR Centro 2030, foram abertos cinco avisos de operações com uma dotação global de 76,8 M€ (correspondendo a 118,1% da dotação programada). Quase a totalidade da dotação foi colocada a concurso no âmbito da Diversificação económica e Inovação Produtiva.

Já no caso do PR Alentejo 2030, foram publicados 11 avisos com uma dotação global de 58,5 M€ (59,2% da dotação programada). Destaca-se, à semelhança do PR Centro 2030, a tipologia relacionada com a Diversificação económica e Inovação Produtiva, que representa o maior montante de fundo a concurso.

Quadro 34 – Avisos de operações do FTJ abertos até 31/12/2025, por PR/PTTJ e Tipologia de Intervenção

OE / Tipologia de Intervenção	N.º Avisos Operações	Dotação em aviso
Norte 2030 - PTTJ Matosinhos		
8.1 Formação profissional	2	1 500 000 €
Apoios à contratação e reinserção	1	1 000 000 €
Apoios ao empreendedorismo	1	1 500 000 €
Investimentos de base territorial	1	1 000 000 €
Infraestrutura tecnológica	1	23 500 000 €
Mobilidade Sustentável	1	20 000 000 €
Governança e Capacitação	1	500 000 €
Portos sustentáveis (RTE)	1	5 000 000 €
Total Norte 2030	9	54 000 000 €
Centro 2030 - PTTJ Médio Tejo		
8.1 Diversificação Económica / Inovação Produtiva	3	70 000 000 €
Formação profissional	2	6 750 000 €
Total Centro 2030	5	76 750 000 €
Alentejo 2030 - PTTJ Alentejo Litoral		
8.1 Diversificação Económica / Inovação Produtiva	3	45 000 000 €
Formação profissional	3	2 700 000 €
Apoios à contratação e reinserção	2	1 800 000 €
Apoios ao empreendedorismo	2	3 000 000 €
Mobilidade Sustentável	1	6 000 000 €
Total Alentejo 2030	11	58 500 000 €
Total FTJ	25	189 250 000 €

Fonte: Dados dos Fundos. Elaboração UPR/NIT

Até 31 de dezembro de 2025, ao abrigo destes avisos, foram aprovadas 56 operações, que se traduziram num fundo aprovado de 141,9 M€ e num fundo executado de 11,1 M€. Assim, nesta data, o Fundo para uma Transição Justa em Portugal atingiu uma taxa de aprovação de 63%, uma taxa de execução de 5% e uma taxa de realização de 8% (quadro 35).

A nível regional, no período em análise, o PTTJ de Matosinhos (PR Norte 2030) atingiu uma taxa de aprovação de 88% e taxas de execução e realização reduzidas, na ordem dos 1%. O PTTJ do Médio Tejo (PR Centro 2030) registou uma taxa de aprovação de 80%, uma taxa de execução de 16% e uma taxa de realização de 20%. Já o PTTJ do Alentejo Litoral (PR Alentejo 2030) atingiu 37% de aprovação.

Ao nível das TI, destaque para os Apoios ao empreendedorismo, no PTTJ de Matosinhos, que atingiu uma taxa de realização de 41%, ainda que registe uma execução pouco significativa.

Quadro 35 – Operações do FTJ aprovadas até 31/12/2025, por PR/PTTJ e Tipologia de Intervenção

OE / Tipologia de Intervenção	N.º operações aprovadas	Fundo Aprovado	Fundo Executado	Tx. Aprovação	Tx. Execução	Tx. Realização
Norte 2030 - PTTJ Matosinhos	23	52 818 238 €	691 207 €	88%	1%	1%
8.1 Apoios à contratação e reinserção	1	1 000 000 €	0 €			0%
Apoios ao empreendedorismo	12	1 660 319 €	688 731 €			41%
Formação profissional	2	849 906 €	2 476 €			0%
Governança e Capacitação	1	500 000 €	0 €			0%
Infraestrutura tecnológica	1	23 500 000 €	0 €			0%
Investimentos de base territorial	4	308 014 €	0 €			0%
Mobilidade Sustentável	1	20 000 000 €	0 €			0%
Portos sustentáveis (RTE)	1	5 000 000 €	0 €			0%
Centro 2030 - PTTJ Médio Tejo	16	52 157 812 €	10 334 972 €	80%	16%	20%
8.1 Diversificação Económica/ Inovação Produtiva	15	46 157 812 €	10 334 972 €			22%
Formação profissional	1	6 000 000 €	0 €			0%
Alentejo 2030 - PTTJ Alentejo Litoral	17	36 921 216 €	72 061 €	37%	0%	0%
8.1 Apoios ao empreendedorismo	1	95 231 €	0 €			0%
Diversificação Económica/ Inovação Produtiva	12	35 487 302 €	0 €			0%
Formação profissional	4	1 338 683 €	72 061 €			5%
Total FTJ	56	141 897 266 €	11 098 240 €	63%	5%	8%

Fonte: Dados dos Fundos. Elaboração UPR/NIT

Bibliografia

Alentejo 2030 – Programa Regional do Alentejo 2021-2027. Consultada versão de 2025.

Algarve 2030 – Programa Regional do Algarve 2021-2027. Consultada versão de 2025.

Centro 2030 – Programa Regional do Centro 2021-2027. Consultada versão de 2025.

Decreto-Lei n.º 5/2023, de 25 de janeiro, que estabelece o modelo de governação dos fundos europeus para o período de programação 2021-2027. Disponível em: <https://files.diariodarepublica.pt/1s/2023/01/01800/0000200049.pdf>

Lisboa 2030 – Programa Regional de Lisboa 2021-2027. Consultada versão de 2025.

Norte 2030 – Programa Regional do Norte 2021-2027. Consultada versão de 2025.

SI PT2030 – Balcão do Portugal 2030 e Sistema de Informação do Portugal 2030, de acesso reservado ao público.



UNIDADE DE POLÍTICA REGIONAL

Núcleo de Instrumentos Territoriais

RELATÓRIO ANUAL DE ACOMPANHAMENTO DOS INSTRUMENTOS TERRITORIAIS DO PT2030

Nº2 | JUNHO 2026

portugal2030.pt



[in](#) [f](#) [t](#) [v](#) [i](#)

portugal2030.pt